Considerando as informações contidas no pedido de reconsideração (doc. SEI 055772492) e na MANIFESTAÇÃO nº 422/ATECC/2021 (doc. SEI 056477471):

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

SMUL.ATECC

1010.2021/0011137-4

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/423/ATECC/2021

Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO nº 423/ATECC/2021 (doc. 056479200):

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

SMUL.ATECC

6068.2021/0012554-5

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/427/ATECC/2021

Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO nº 427/ATECC/2021:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

CONTRU - COORDENADORIA DE CONTROLE E USO DE IMÓVEIS

CONTRU

DESPACHO(S) DO(A) COORDENADOR(A)

6068.2021/0011620-16068.2021/0011620-1 Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento Show Lucio a ser realizado no(a) Estádio do Canindé, - Data do Evento: 17 a 18 de Dezembro de 2021, para uma lotação máxima de 7.800 pessoas.

DSUS - DIVISÃO DE SEGURANÇA DE USO

CONTRU-DACESS

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica:

00065/SEL/CONTRU/DACESS/2021-2017-0.151.474-1-COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO,LG SAO JOSE DO BELEM, 000023 - 27 - BELEM-FICA CONCEDIDO PRAZO COMPLEMENTAR DE 180 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA, PARA ATENDIMENTO DA I.E.O.S. Nº 00086/SMUL/SEGUR/DACESS/2018, PUBLICADA EM 24/12/2019 E VENCIDA 21/06/2020, COM BASE NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 58 DA LEI 16.642 DE 9 DE MAIO DE 2017, FINDO O QUAL DEVERÃO SER APRESENTADOS TODOS OS DOCUMENTOS E ATESTADOS EXIGIDOS NA MESMA.

CONTRU-DACESS

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica:

00066/SMUL/SEGUR/DACESS/2021-2013-0.153.189-4-CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA; AV REBOUCAS, 03970 - PINHEIROS. - FICA NEGADO O PEDIDO DE ANÁLISE DO PROJETO MODIFICATIVO, CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES QUE MOTIVEM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS. FICAM MANTIDOS TODOS OS ITENS CONSTANTES DESTA IEOS Nº 00161/SMUL/SEGUR/DACESS/2019.

CONTRU-DACESS

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica:

00067/SMUL/SEGUR/DACESS/2021-2015-0.156.215-7-CENTRO ESTUDANTIL DE CULTURA IMEDIATA LTDA -ME; R FLORIDA, 00929 - 931 933 943 - BROOKLIN. - FICA ACEITO O PROJETO MODIFICATIVO APRESENTADO, CONSIDERANDO QUE AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NÃO CONTRARIAM AS DISPOSIÇÕES DA NBR 9050, MANTENDO O PRAZO PARA A EXECUÇÃO E TODOS OS ITENS CONSTANTES NA IEOS Nº 00140/SMUL/SEGUR/DACESS/2018. FICAM CANCELADOS OS ACEITES DAS PEÇAS GRÁFICAS DE NºS 169 A 172.

DINS - DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

2020/0.003.495-7 THE WEEK ENTRETENIMENTO LTDA- Indefiro o presente pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO referente ao evento ACQUA PLAY 2020, tendo em vista o não atendimento do "Comunique-se" publicado no D.O.C em 14/12/2021, nos termos do Art. 18, Inciso I do Decreto 49.969/2008.

SMUL/CONTRU

DESPACHO DA SR. COORDENADOR

2020/0012435-2 M-S LIVE EVENTOS E CONSULTORIA LTDA - Defiro o pedido de RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento MASQUERADE - Back to the culture a ser realizado no(a) Espaço Arca, - Data do Evento: 18, 23 e 25/12/2021, para uma lotação máxima de 6.400 pessoas.

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

6068.2021/0012461-1 ZRX PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento Show de Natal a ser realizado no(a) Area Externa ao Auditorio Oscar Niemeyer- Parque do Ibirapuera, - Data do Evento: 18/12/2021, para uma lotação máxima de 15000 pessoas.

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

6068.2021/0011554-0 MAMBA NEGRA PRODUCOES E EVENTOS LTDA - Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento MAMBA NEGRA a ser realizado no(a) Fabriketa - Rua do Bucolismo, 81, - Data do Evento: 18/12/2021, para uma lotação máxima de 2000 pessoas.

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

6068.2021/0011718-6 TOMIE ROOFTOP EVENTOS LTDA - Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento Tomie Rooftop a ser realizado no(a) Av. Brigadeiro Faria Lima, 201 - C. Convenções EVG Ed Faria Lima 201, - Data do Evento: 19/12/2021 a 18/06/2022, para uma lotação máxima de 600 pessoas.

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

6068.2021/0011696-1 DANIEL FALEIRO BARROS - Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento ARENA a ser realizado no(a) Nova Arena Anhembi, - Data do Evento: 18/12/2021, para uma lotação máxima de 9900 pessoas.

SMUL/CONTRU/DLR

DESPACHO DA sra. DIRETORA

6068.2021/0011841-7 PUB CAMBIO BEER EIRELI - Defiro o pedido de ALVARA DE AUTORIZACAO para o evento CANINDÉ a ser realizado no(a) Rua Pascoal Ranieri, 33, Canindé, - Data do Evento: 18, 21, 22, 23, 24 e 31 de Dezembro de 2021; 01, 07, 08, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 28 e 29 de Janeiro de 2022; 04, 05, 11, 12, 18, 19, 25, 26, 27 e 28 de Fevereiro de 2022; e 01, 04, 05, 11, 12, 18 e 19 de Março de 2022, para uma lotação máxima de 3500 pessoas.

SEL/CONTRU DLR

DESPACHO DA SRA.DIRETORA

6068.2021/0010994-9 PARQUE ESTAIADA EVENTOS LTDA - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento FESTIVAL ARENA ESTAIADA a ser realizado no(a) AV. DUQUESA DE GOIAS, 523, REAL PARQUE- data do evento: 18/12/2021 e 31/12/2021 para uma lotação máxima de 4000.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI nº 6068.2021/0010203-0

I – Em vista dos elementos contidos no presente processo, em especial o encaminhamento de SMUL/GEOINFO (053990532), o encaminhamento SMUL/CAF (055928055), manifestação de SMUL/GAB (056322994) e a Informação SMUL/ATAJ (056463023), as quais adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie, a manutenção do vínculo entre a Secretaria de Urbanismo e Licenciamentos – SMUL, na qualidade de representante da cidade de São Paulo, e o Centro Iberoamericano de Desarrollo Estrategico Urbano – CIDEU, e em consequência, **AUTORIZO** o empenhamento estimativo em nome da instituição, do montante de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), onerando a dotação orçamentária nº 29.10.15.122.3024.2100.33.90.39.00.00 , para quitar a fatura de 2022, correspondente a US$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos dólares norte-americanos).

DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

ATO DA PRESIDENTE

RESOLUÇÃO SMUL.ATECC.CTLU/016/2021

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU/SMUL, em sua 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2021, por **unanimidade de votos**, com base nos debates do plenário para o Processo SEI 6068.2021/0011820-4,

RESOLVE:

Revogar a RESOLUÇÃO SMUL.ATECC.CTLU/012/2021 para que se proceda novos estudos sobre o tema para reanálise da Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Despacho SMUL.ATECC.CPPU/212/2021

Processo: 6068.2021/0012682-7

Interessado: AGÊNCIA TERRUÁ LTDA

Local: CCBB SP - RUA ÁLVARES PENTEADO, 112

Assunto: DECORAÇÃO NATALINA - CCBB

PROCESSO DEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/018/2014 que regulamenta os elementos de comunicação visual de decoração natalina na cidade de São Paulo;

Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (056429412/056429880);

DEFIRO a iluminação cênica e natalina da fachada do Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB SP, localizada na Rua Álvares Penteado, 112, no período de 15 de dezembro de 2021 a 10 de janeiro de 2022, por tratar-se de intervenção de iluminação e decoração natalina, sem inserção de logos de patrocinadores e/ou realizadores, em acordo com a legislação vigente.

2. A presente anuência não exime o interessado da obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Despacho SMUL.ATECC.CPPU/213/2021

Processo: 6068.2021/0012498-0

Interessado: BERGER EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA.

Local: VÁRIOS

Assunto: "SING 2"

PROCESSO INDEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/020/2015 que regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos realizados na Cidade de São Paulo;

Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (056323800/056324111);

INDEFIRO à ação de lançamento do filme de animação "SING 2", para ser realizada por meio de um veículo automotor customizado pelas ruas do municipio de São Paulo, do dia 20 à 26 de dezembro de 2021, tendo em vista que a proposta não se enquadra na legislação vigente, e tem fins predominantemente promocionais e publicitários. **Despacho SMUL.ATECC.CPPU/214/2021**

Processo: 6068.2021/0012713-0

Interessado: DVI PRODUÇÕESS E EVENTOS, COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI

Local: ÁREA INTERNA AO AUDITÓRIO DO IBIRAPUERA

Assunto: INSTALAÇÃO TEMPORÁRIA - "PROJETO: LANÇAMENTO SING 2"

PROCESSO DEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/020/2015 que regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos realizados na Cidade de São Paulo;

Considerando a concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção do Parque Ibirapuera;

Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (056536389/056536542);

DEFIRO a comunicação visual do evento de lançamento do filme "Sing 2", a ser realizado no auditório do Ibirapuera, na Av. Pedro Álvares Cabral, s/n, no dia 19 de dezembro de 2021.

2. A presente anuência não exime o interessado da obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Despacho SMUL.ATECC.CPPU/215/2021

Processo: 6068.2021/0012684-3

Interessado: VISUAL FARM PRODUÇÕES LTDA

Local: AUDITÓRIO DO IBIRAPUERA

Assunto: PROJEÇÃO "GAME WILD RIFT"

PROCESSO DEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/020/2015 que regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos realizados na Cidade de São Paulo;

Considerando a concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção do Parque Ibirapuera;

Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (056538346/056538428);

DEFIRO a comunicação visual do evento de projeção mapeada de lançamento do jogo para vídeo game "WILD RIFT", a ser realizado na fachada externa do auditório do Ibirapuera, na Av. Pedro Álvares Cabral, s/n, no dia 20 de dezembro de 2021, das 18h às 21h, por tratar-se de evento público de lançamento em caráter predominantemente cultural e recreativo, sem exibição de nenhum tipo de marca ou logo do patrocinador ou divulgação do organizador, em caráter experimental, para estudos do impacto visual na paisagem urbana em área interna da concessão do Parque Ibirapuera.

2. A presente anuência não exime o interessado da obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Despacho SMUL.ATECC.CPPU/216/2021

Processo: 6068.2021/0011900-6

Interessado: STUDIO CURVA PRODUÇÕES E CENOGRAFIA LTDA

Local: RUA MARIA ANTÔNIA, 77

Assunto: PROJEÇÃO MAPEADA – NETFLIX

PROCESSO DEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado

Considerando a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;

Considerando a Resolução SMDU.CPPU/008/2011 que regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos de projeção temporária de filmes, desenhos, fotos e imagens em geral, visíveis do logradouro público, realizados na cidade de São Paulo;

Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (056315077/056315384);

DEFIRO a comunicação visual do evento de projeção mapeada de lançamento do filme "Não olhe para cima" pleiteado para ser realizado na fachada do imóvel na Rua Maria Antônia,77, nos dias 22 e 23 de dezembro de 2021, das 19h00 às 23h00, por tratar-se de evento público de lançamento de produção audiovisual com caráter predominantemente cultural e recreativo, **desde que** a mensagem indicativa de patrocinadores e/ou realizadores tenha tamanho máximo restrito a 10% da área total da projeção, limitado a 15 m², inseridos a até 1/3 inferior da altura total da projeção, com tempo de projeção de, no máximo, 15 (quinze) segundos para cada inserção, limitado a 4 (quatro) inserções por hora.

2. A presente anuência não exime o interessado da obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 1031

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

6014.2021/0003623-8 - Fundos Municipais: Deliberações

Despacho deferido

Interessados: GABINETE DO SECRETÁRIO, SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA MANANCIAIS

DESPACHO: À vista do solicitado pela Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB no presente Processo, considerando a manifestação da Secretaria Executiva do Conselho Gestor do FMSAI 056455797, que acolho, considerando que a modificação se resume a remanejamento de recursos entre duas intervenções aprovadas sem alterar o valor total no Programa do Plano de Investimentos, **AUTORIZO** conforme Inciso II da Resolução 87 o remanejando R$ 523.000,00 do valor aprovado no Programa Mananciais (Obras) dotação 86.14.16.482.3005.3355.44.90 .51.00.03 do “Lote 2 / Contrato 031/2012” para “Lote 3 / contrato 028/2012” conforme apresentado na planilha 056455714.

I - Publique-se

II - Encaminhar para SEHAB/DAF/DIF para prosseguimento.

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS

Secretário Municipal de Habitação

Presidente do Conselho Gestor do FMSAI

6014.2021/0003620-3 - Atos Normativos: Procedimento Interno - Troca de Titularidade

Despacho deferido

Interessados: Maria Lidia de Almeida

Nº SEI / Desp.: Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 056457907, que acolho como razão de decidir e passa a integrar apresente decisão, DETERMINO a Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do munícipe Jose Raimundo de Jesus, CPF: 01149623594 para o munícipe Maria Lidia de Almeida, CPF.: 87182505568.

SEHAB/CMH

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: **21 de outubro de 2021**

Local: Realizada através de videoconferência no aplicativo

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano 2021, às 14h, na plataforma do aplicativo "Microsoft Teams", reuniram-se para a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Orlando Lindório de Faria (SEHAB), Alcides Fagotti Junior (SEHAB), Nelson Ferreti Filho (SEHAB), Bruna Gadelha da Silva (SEHAB), Nilson Edson Leonidas (COHAB)

Anna Carolina de Paula Madrid de Marco (SGM), Irineu Gnecco Filho (COHAB), Patrícia Maria Drago (SF), Luiza Chizue Gatti Murakami (SMADS), Maria José Gullo (SEHAB), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Pedro Caíque Leandro do Nascimento (SGM) Wilson Cabral da Silva (SF), Monica Therezinha Bartie Rossi (CDHU), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaragua), Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Denise Antonucci (Mackenzie), Janaina Nascimento (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado).

Convidados (as) presentes: Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Arika Adachi (SEHAB/G), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Lysandra Machado Martins (SEHAB), Cristina Pimenta (COHAB), Cléria Jardim (CEI – Jardim dos Anjos), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Jobs (SEHAB/ASSIST), Amanda de Almeida Ribeiro (SEHAB-DEPLAN), Dayse Alcântara (Taquigrafia) e Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia) **Outros (as):** Rogério Ceron de Oliveira (SP Parcerias), Mariana Moschiar Almeida (SP Parcerias), João Ricardo R. Morais, Isabela L F. Costa, Rafael P. Borges, Nilda Neves e Tony Matos. **Conselheiros (as) ausentes:** Marcos Augusto Alves Garcia (SIURB), Giulia Zanganatto (SMUL), Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Marise Fernandes de Araújo (CEF), Sylvia Ammar Forato (COHAB), Letícia Yoshimoto Simionato (Secretaria Municipal de Gestão), Márcia Tieko Omoto Yamaguchi (SIURB), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), José Ricardo Paoliello (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Orlando Corrêa da Paixão (AOB-SP), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP), Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo), Inês Granada Pedro (CUT), Maria Alécia Silva Pereira (OAB), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP) e Paulo Emílio Buarque Ferreira (Mackenzie) **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** Marilena Fajersztan (SMUL), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Alexsandro Peixe Campos (COHAB-SP), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), **Pauta da Reunião:** 1. Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária do CMH de 26/8/2021 (cópia em anexo); 2. Proposta de parcerias para Locação Social no Município de São Paulo-; 3. Programa PODE ENTRAR- Estágio dos trabalhos e apresentação do Cronograma de Contratação do Programa Pode Entrar; 4. LOA de 2022 PARA HABITAÇÃO- As informações podem ser acessadas previamente através do link: http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/proposta.php , 5. Indicação de representantes do segmento das ENTIDADES COMUNITÁRIAS E ORGANIZAÇÕES POPULARES LIGADAS À AREA HABITACIONAL e do segmento da Sociedade Civil de conselheiros Titular e Suplente para representarem o CMH no Conselho Gestor do FMSAI., O plenário poderá aprovar a recondução dos atuais Conselheiros que representam o CMH no FMSAI, a saber: Miguel Gomes Lima- Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá- Titular - Luciana Royer- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP- Suplente. **Início Reunião:** O Secretário agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. Todos parabenizaram a Sra. Ana Maria pelo seu aniversário. **Sra. Ana Maria:** Fez leitura da Pauta. **Item 01 –** Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária do CMH de 24/6/2021, que foi aprovada por unanimidade. Devolve a palavra ao senhor Secretário para o próximo da pauta, que é a proposta das parcerias para Locação Social no Município de São Paulo. **Sr. Alcides:** Já falei um pouquinho antes, vou só complementar aqui antes de passar a palavra para o Rogério Ceron, para a Mariana, que vão nos auxiliar aí. Logo no início quando assumimos a SEHAB, especialmente o Secretário Orlando, dialogamos bastante com os Movimentos Sociais, com os Conselheiros, próprio internamente aqui, havia e há sempre um desejo e uma solicitação para que atuemos na área de Locação Social, hoje nós temos já um PAC dedicado à Locação Social, mas ele é tímido ainda, são poucas unidades, ainda com modelo de gestão que ainda apontamos falhas. Então recorremos à Secretaria de Governo que tem hoje o setor de parcerias, de negócios, que fizesse um estudo para que conseguíssemos dentro de um programa de governo desenvolver e implantar parque de locação social com uma parceria público-privado, que conseguíssemos efetivamente ter uma gestão e atender bem os beneficiários. Esse estudo foi feito, imagino que nossa reunião tenha sido por volta de abril, a Mariana deve ter a data, a primeira reunião para falar disso, eles fizeram a fase de estudo e agora seria uma fase de consulta pública, que não foi publicada ainda, nos aguardamos a reunião do Conselho para informá-los, apresentar um pouco para os conselheiros e logo na sequência publicar e permitir que os próprios conselheiros participem, ajudem na consulta pública. Eu queria passar a palavra para o Rogério Ceron, ele coordena a equipe como vai ser a apresentação, eu acho que tem a projeção, mas passo a palavra para que ele possa falar um pouco desse projeto que eles estudaram. **Sr. Rogério:** Obrigado, Secretário, boa tarde a todos, meu nome é Rogério Ceron, sou Presidente da São Paulo Parcerias, responsável no município por estruturar os projetos de concessões e PPP aqui âmbito municipal, fomos provocados a ajudar, tem um programa bem desafiador, bem arrojado de entrega e provimento de unidades habitacionais, para atender a demanda do município, toda ajuda é bem-vinda, eles nos pediram para também a ajudar de forma complementar a atuação da Secretaria a estruturar projetos na área de locação social. Vou compartilhar aqui uma apresentação bem breve, só para que vocês tenham conhecimento. a ideia é buscar atender três objetivos, vou mostrar dois projetos distintos com a mesma finalidade, então é trabalhar a questão da locação social, a moradia como serviço, de forma complementar ao programa habitacional de transferência de propriedade aos beneficiários, então ele une esse objetivo, ter a locação social como mecanismo complementar à política habitacional. Nós sabemos que para as faixas de atendimento, principalmente as faixas de menor renda, muitas vezes é difícil lidar com financiamento imobiliário, com condomínio, isso gera uma série de problemas ao longo do tempo, então a locação social pode ser instrumento complementar para al-

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sábado, 18 de dezembro de 2021 às 05:00:36

guns casos e esse mix pode ser bastante útil para a política habitacional. Então ele atende esse primeiro objetivo, de ter um parque para locação social, ele atende um outro objetivo, que é fazer esse atendimento habitacional dando acesso à cidade e às oportunidades, é importante que o atendimento habitacional seja favorável a ter próximo a estrutura pública de cultura, saúde, educação, ter ofertas de emprego, facilitar mobilidade, então esses dois projetos que vamos apresentar voltados à região central da cidade, e um terceiro objetivo, que não está ligando tão diretamente à política habitacional, mas é também urbanístico, de reocupar, do ponto de vista residencial, o centro da cidade, então ele atende esses três grandes objetivos. Então como comentei, os dois projetos de locação social. Um primeiro é uma PPP de locação social, então envolve a edificação, a construção de Empreendimentos Habitacionais em terrenos da prefeitura, em três terrenos, já vou falar sobre eles, e também todos os serviços de zeladoria, manutenção predial, a própria gestão da carteira dos beneficiários, o que chamamos de trabalho social, que envolve capacitação, atividades de interesse coletivo, apoio assistencial e serviços privativos voltados ao próprio espaço, fornecimento de linha branca nas unidades habitacionais, reforma das unidades, sua manutenção ao longo do tempo. Esse primeiro de PPP de locação social vai gerar 1700 unidades habitacionais por contrato de longo prazo, vou comentar sobre ele. Um segundo projeto é um chamamento para locação de unidades avulsas no centro da cidade, na região central, para atendimento mais imediato do Programa Habitacional da Prefeitura. Enquanto o primeiro vai ter um concessionário privado que vai cuidar de todos esses serviços, esse segundo é um chamamento primeiro para locação e em seguida, ou diretamente junto com a COHAB, uma entidade, a intenção é fazer com uma sem fins lucrativos, para cuidar desse trabalho de gestão, que vai envolver trabalho social, esse apoio aos beneficiários que usufruírem dessas unidades, esse chamamento vai atender 3 mil unidades, dando um total dos dois projetos de 4.700 unidades habitacionais, então ele ajuda a atender a demanda habitacional que hoje existe na cidade. PPP de locação social, a ideia são 3 conjuntos na região central, 25% das unidades vão ter metragem de 42m² e os outros 75% de 28m², elas têm conceito de uma fachada ativa, ou seja, a fachada, o térreo tem função não residencial, pode abrigar comércios, que inclusive ajudam a atender as pessoas que ali residem, e a partir do primeiro andar, as unidades habitacionais. Tem a provisão do apartamento, como foi comentado, a construção das unidades, a gestão predial do condomínio, a manutenção predial também, a gestão da carteira, que envolve cuidar desses contratos com os beneficiários da locação social, é um modelo de participação, a prefeitura subsidia e tem sempre um valor simbólico do beneficiário, então eles fazem essa gestão, tem serviços privativos, que é o fornecimento de linha branca, fogão, geladeira, chuveiro, a manutenção da unidade, e também o trabalho social, atividades de interesse coletivo, de capacitação das famílias para poder ter acesso a oportunidades de emprego, enfim, melhoria de renda, são três empreendimentos, um na região do Bom Retiro, que vai prover uma quantidade um pouco maior de unidades, uma menor na região da Sé e outra no Pari. Em resumo, é uma concessão administrativa, do ponto de vista jurídico, a prefeitura remunera um privado para fornecer esse serviço, para provimento da moradia na cidade de São Paulo, combinado com a prestação de serviço. O prazo vai ser de 35 anos, então esse patrimônio pertence à Prefeitura, o privado vai gerir o patrimônio, vai ser remunerado por isso, mas a prefeitura é detentora do patrimônio e vai poder ao longo do tempo ir atendendo famílias que forem demandando esse serviço. A modalidade é uma concorrência internacional, pode participar interessados do país ou de fora, o critério de julgamento é o menor valor da contraprestação, ou seja, o menor valor que a Prefeitura terá que pagar para ter esse serviço, a estimativa é uma contraprestação anual de 31 milhões, o que dá um desembolso mensal de 2,6 milhões. As obrigações, como já tinha mencionado, envolvem a implantação dos três conjuntos habitacionais, junto com conjunto de serviços, o que garante que a infraestrutura vai ficar adequada ao longo do tempo, que as famílias vão ter apoio e os serviços à disposição, então isso gera bastante valor no atendimento habitacional e está contemplado no projeto. Esse primeiro é mais estruturante, então o período envolve cerca de 4 anos para a construção dessas unidades habitacionais e aí sim começa a atender e prover os serviços, de uma forma mais estruturada, com patrimônio da Prefeitura. Tem o segundo, que está sendo feito também, que seria para atendimento mais imediato, que é para a locação de unidades já constituídas, unidades avulsas, apartamentos em prédios que já estão disponíveis na cidade e estão ociosos e podem servir ao Programa, então permite atendimento muito mais célere, em questão de meses. Quais os conceitos aqui do programa? Provisão dos imóveis em escala, então é um edital, vou comentar o tamanho dele, mas que vai mirar administradora de imóveis, fundos imobiliários, que possam buscar esses imóveis e disponibilizar para a Prefeitura, para o atendimento praticamente imediato, com curto espaço de tempo, então tem algumas vantagens, gera uma eficiência na gestão contratual, porque em vez de a Secretaria ou a COHAB terem que lidar com N proprietários, vai lidar com um único interlocutor, isso facilita muito, já usa um parque habitacional já construído, então dá muita celeridade ao atendimento, o que é muito importante, porque as pessoas precisam desse atendimento o quanto antes, isso ajuda muito e fica complementar com o primeiro. O perímetro proposto é da subprefeitura da Sé, Pari e Brás, vocês estão vendo aqui o mapa, são 5 lotes com 600 unidades cada um, cada cor simboliza um lote, as metragens que serão aceitas, no mínimo de 12 m², para atendimento individual, até 50m², com ou sem vaga de garagem, então os preços variam por m² e por tipologia, se é um imóvel usado ou não, se tem vaga de garagem ou não e de acordo com a metragem dele. Visa o atendimento a princípio das faixas de HES 1 e 2, com custos compartilhados de acordo com a faixa de renda. Então aqui um breve resumo executivo, são contratos de locação para provisão de moradias por um período de 5 anos, renováveis ao longo do tempo, é uma concorrência nacional porque envolve um parque já constituído, não é para alguém entrar, investir, já mira proprietários. Como eu disse, o critério vai ser o menor valor por m² ofertado no lote, como é um lote maior, 3 mil unidades, o valor de desembolso esperado é da ordem de 50 milhões ao ano, o que dá em torno de 4,2 milhões ao ano. A obrigação do concessionário é entregar as unidades em condições adequadas de habitação, esses valores já envolvem valores de condomínio, da gestão condominial da unidade, os encargos que já são naturais, o aluguel para remunerar a propriedade, a locação, mais os custos do condomínio. A partir disso vai ser feita outra parceria com uma entidade para cuidar dessa carteira e dar apoio aos beneficiários. Vou tirar do modo apresentação. A ideia então é colocarmos em consulta pública para poder colher subsídios para poder aprimorar esse projeto, para depois termos um diálogo com o Comitê, as contribuições do próprio Conselho e então fazer um edital o mais aprimorado possível para que possa ser um sucesso e atender adequadamente aos objetivos que estão sendo almejados, atender adequadamente aos beneficiários. É um projeto que estávamos bastante animados para poder contribuir com a política habitacional de alguma forma, super aberto a contribuições para aprimorar, ele parece fazer sentido para complementar a política habitacional já em curso, tentando atender de forma mais imediata às famílias e também por outro lado fazer um parque de forma mais estruturante, um patrimônio que possa atender diferentes gerações de beneficiários ao longo do tempo. O nosso tempo era bem curto, a ideia era introduzir o assunto, Secretário, para vocês terem conhecimento, assim que for colocado em consulta pública todos os documentos vão ser disponibilizados, podemos, a critério do Secretário, Secretaria Executiva, deixar à disposição para eventualmente em próxima reunião do Conselho virmos para ouvir de vocês as sugestões, subsídios, enfim, ter o diálogo que acharem necessário. **Sr. Alcides:** Depois de publicar a consulta pública mandamos para eles, encaminhamos via Secretaria Executiva do Conselho o edital de consulta pública, para que possam ajudar. **Sr. Rogério:** Perfeito. Bom, pessoal, acho que nossa intenção hoje era essa, fico à disposição e agradeço o tempo de vocês a oportunidade de poder dialogar e tentar ajudar de alguma forma a política habitacional, que é tão importante para a cidade. **Sr. Alcides:** Ceron, eu vou pedir para aguardar um minuto, temos umas quatro mãos levantadas, só vou conversar com esse pessoal. Primeiro André, Luciana, Paula e Fátima. Se for algum tipo de dúvida, para fazermos agora, mas se for algum tipo de sugestão, como a reunião tem bastante temas que são extensos, que possamos depois ou mandar por e-mail e as parcerias nos respondem e encaminhamos a vocês, se for uma contribuição que já poderia fazer parte da consulta pública, fazemos via e-mail. Agora, se tiver alguma dúvida eminente sobre a apresentação, o Ceron nos ajuda a responder. Vou dar a palavra para o André. **Sr. André:** Boa tarde a todos. Eu queria saudar nossa Secretária que auxilia na Secretaria Executiva, os parabéns, que possa consignar os belos trabalhos que ela tem realizado ao longo dos anos, uma biblioteca viva do nosso CMH, meus parabéns, que todos os conselhos tivessem uma pessoa como a Ana Maria Maluf também auxiliando e prestando sua assessoria tão preciosa, às vezes até altas horas da noite, se um dia ela processar a Prefeitura por hora extra e a COHAB nós estamos perdidos, porque tem sido um trabalho intensivo em todos os sentidos. Eu queria também agradecer o apoio recebido dos demais conselheiros na nossa eleição para o CMPU, será uma honra também nós conseguirmos fazer essa junção CMH e CMPU, porque vamos ter mais um representante do CMH no CMPU, então eu queria agradecer o apoio de cada um, independentemente da ideologia, da chapa, entenderam nossa proposta da Chapa 12, nossa companheira Marisete, que também vai ser Conselheira, também é conselheira já, porque ontem saiu o edital, hoje já tivemos reunião com o Secretário César, estamos à disposição dos demais conselheiros para levar todas as demandas cabíveis para o CMPU. A minha primeira colocação, Presidente Alcides, o senhor que está na presidência em exercício, é sempre a mesma questão. Desde 2018, ainda com o Aluísio, nós fizemos o seguinte pedido, que todas as apresentações feitas ao CMH fossem antecedidas do envio do material para a Ana Maria, então seria de bastante proveito, porque ajudaria na objetividade das apresentações e até das dúvidas, as quais eu vou passar a apresentar. Então, a primeira questão que coloco, se já tem um cronograma para apresentação de propostas para essa consulta pública, se já tem uma data para isso ser realizado, qual a data a ser realizada e qual o cronograma do edital. Então acho que isso é muito precioso para que possamos não perder tempo dos prazos e apresentar as devidas sugestões, então é a primeira situação. A segunda questão em relação à apresentação é quanto à questão da fachada ativa, a parte comercial, quem será o beneficiário, a concessionária, estou falando na intenção, porque não tem edital ainda, então acho que é bastante interessante isso, porque fui levado surpresa ao observar no dia 7 de outubro de 2021 no Diário Oficial saiu uma publicação do Tribunal de Contas da União apontando várias irregularidades na PPP da Habitação, daqueles lotes, não sei se os companheiros aqui participaram, tivemos até um GT, então o Tribunal de Contas do Município, por isso devemos ter a devida atenção, para que isso não venha se repetir, ter o devido esclarecimento, a devida transparência, a devida publicidade em relação a isso para que não venha a acontecer um prejuízo maior para a habitação. O segundo ponto, a questão da locação, vai ser também para famílias inteiras, como vai ser? Terceira questão, quais projetos para geração de renda para essas pessoas que serão beneficiárias? Nós entendemos que habitação, tendo geração de renda o programa, acaba levando ao fracasso do próprio programa, porque temos toda a questão da renda dessas famílias. Quais serão os critérios para atendimento desses beneficiários? Eu acho que seria interessante colocar, porque temos uma população vulnerável, de pessoas que trabalham com reciclagem, moradores de rua, então eu acho que seria interessante essa questão e se vai ser um caráter transitório para habitação definitiva, o atendimento definitivo, então não ficou muito claro nossa apresentação, mesmo porque não tivemos acesso anterior. Terá um caráter transitório? Porque eu lembro que no governo Kassab tivemos o hotel de locação social que era usado como parte intermediária para o atendimento definitivo, então seria feito todo um trabalho social até o indivíduo ter sua autonomia, então seria habilitado profissionalmente, iria receber tratamento de saúde. Minhas dúvidas são essas. Logicamente a pessoa tem 30 minutos para falar e nós temos três, ficamos um pouco restritos a essa questão. Eu peço, para encerrar, que seja enviado para cada Conselheiro por e-mail os detalhes da apresentação, que aí vamos poder complementar via e-mail e nosso palestrante vai poder esclarecer ainda mais. Muito obrigado pela atenção de todos. **Sr. Alcides:** Obrigado, André, eu queria te parabenizar pela fala da Ana, que realmente você tem razão, e também pela eleição, vocês foram aclamados como Conselheiros do CMPU. O Ceron vai poder falar um pouco da questão de prazos e também da fachada. As outras questões, André, do programa de renda, isso não faz parte do estudo deles, isso é uma proposta depois que vamos fazer na fase de atendimento, o Ceron pode até me corrigir, se talvez podemos prever isso dentro da parceria público privada. A questão da demanda das famílias, isso não está definido ainda, é uma demanda nossa, a SEHAB que oferta num segundo momento, depois de estruturadas e viabilizadas as unidades. Confesso que você fez mais umas duas ou três questões que estavam juntas, mas que no final você pediu para que possa ser mandado o documento, eu já tinha falado que vamos passar o documento na sequência, isso vai fazer parte da Consulta Pública, informar a todos, porque é importante que vocês participem, por isso não publicamos antes, já estava até pronto para publicar, mas optamos por não, por informar antes ao Conselho e não só informar ao Conselho que já está em Consulta Pública, apresentamos um pouco antes os detalhes para vocês conhecerem, depois a hora que publicar, tudo o que for surgindo de dúvida pode ser tirado. Eu passo a palavra para o Ceron, para falar da questão dos prazos, da fachada. **Sra. Luciana:** Obrigada. Quero agradecer a apresentação do Rogério Ceron e queria perguntar algumas coisas que ficaram em dúvida. Primeiro, segundo os slides seriam para PPP 30 milhões por ano de contraprestação máxima por 35 anos numa licitação internacional, então teríamos um comprometimento do orçamento de 30 milhões por ano por 35 anos para atender essas 1700 unidades e depois nesse programa de locação seriam 50 milhões por 5 anos para um parque que já está construído nesses distritos. Se for isso mesmo, tem uma preocupação em relação à quantidade de recurso público alocado para esse número de unidades, e como o Secretário acaba de falar que ainda não tem uma correlação exata que tipo de demanda, como a demanda vai ser, que demanda vai ser alocada ou não, isso fica bastante complicado de pensar uma autorização para pensar um gasto orçamentário dessa monta, sendo que não sabemos exatamente quem vai ser atendido, de que forma vai ser atendido, por quanto tempo vai ser atendido, e fala de unidades de 12 a 50 m² nessa mesma região central, então temos uma série de... vou escrever, claro, visando justamente ajudar, no sentido de entender melhor como essa quantidade de recursos públicos podem de fato chegar para quem efetivamente precisa, entendendo que temos uma COHAB que está enfraquecida, o mesmo projeto de lei de orçamento, o orçamento do Fundo Municipal está super restrito, você tem um orçamento colocado para Secretária de Habitação, que a princípio parece ser para o Pode Entrar, mas não sabemos como o Pode Entrar se relaciona com esses projetos da SP Parcerias, então tem uma série de dúvidas importantes de serem esclarecidas antes de fato de o edital ser aberto. Eu começo só por isso, teriam outras questões, mas acho que é mais importante eu te ouvir, claro. **Sra. Paula:** Aproveitando, a Luciana colocou algumas questões que estavam aqui anotadas como dúvida, aproveitando o orçamento, eu queria entender um pouco melhor esse valor dividido em 5 anos, que é o que ela colocou, e o quanto é por unidade, deixar isso mais claro, porque se você tem essa variação de uma unidade de 12m² e uma de 50, o quanto vocês estão pensando de dinheiro por unidade, como fica esse gasto de fato detalhado. Até porque estamos discutindo o programa Pode Entrar, então seria interessante até entendermos como vocês estão pensando nesse dinheiro nesse programa para termos ideia de como isso seria aplicado no Pode Entrar também. Isso era uma questão e fiquei com uma questão bastante pessoal talvez em relação ao nome, porque lutamos aqui pela moradia para famílias de baixa renda por conta de ser um direito e aí aqui de repente ela ser tratada como um serviço, até choca um pouco o nome. Acho que era isso, vou passar para a Fátima, que acho que era a próxima. **Sra. Fátima:** As companheiras já cederam, o André, Luciana e Paula, algum requisito, a minha preocupação também era a questão de apreciar um pouco mais a apresentação, discutir um pouco mais, mas como já foi colocado que ela vai vir para nós para darmos uma analisada. Minha preocupação também é a seguinte, eu também perguntar de onde vem o recurso para essa construção, até porque aqui sabemos muito bem a dificuldade que temos e do jeito que foi apresentado para construção do Programa Pode Entrar, na questão das entidades e tudo, então queria saber um pouco de onde está vindo esse recurso, principalmente num valor muito mais alto do que nós temos para construir habitação nos interesses sociais, quanto às entidades. **Sr. Alcides:** Vou passar a inscrição para esse tema, vou passar a palavra para o Nunes, vamos discutir isso muito ainda, a consulta pública é o primeiro passo para uma série de ajustes, então podem ficar tranquilos, todas as dúvidas e questões serão ao longo dessa discussão respondidas e sanadas e obviamente levadas em consideração. **Sr. Rogério:** Bom, então vou fazer breves comentários aqui, agradeço os comentários aqui e pelas ponderações iniciais. Primeiro ponto, é uma representação bem resumida, executiva, quando publicar a consulta pública, até por um princípio de isonomia e transparência que tem que ser seguido no rito público, aí sim fornecemos toda a documentação com todo o nível de detalhes para que possamos receber as contribuições e de fato aprimorar o projeto. A primeira consideração, comentaram sobre a PPP da Habitação, deixando claro que como São Paulo Parcerias não posso falar absolutamente nada sobre a PPP da Habitação porque foi um projeto conduzido pela COHAB, então as dúvidas relativas à PPP da Habitação anterior teriam que ser direcionadas à COHAB, não tenho como ajudar de fato. Quanto a esse projeto, ele visa de forma complementar a busca por provimento do programa de metas que prevê o atendimento nesse ciclo de governo de no mínimo 50 mil unidades habitacionais, então vem para compor e entra nisso a prioridade do atendimento orçamentário para cumprir essas metas, o próprio projeto passou pelo crivo do prefeito também para encaminhar, as questões orçamentárias efetivas, a PPP de locação social, como eu disse, tem um ciclo de construção das unidades, disponibilização das unidades, que deve levar em torno de 4 ou 5 anos, então ela passará a consumir o orçamento a partir daí, só quando estiver disponível de fato, provavelmente daqui a 4 ou 5 anos. Estou tentando perpassar as questões. O valor médio na PPP vai estar em torno de 1500 reais com todos os serviços para a prefeitura, incluindo moradia, gestão condominial, serviços compartilhados, o apoio em termos de capacitação e renda que foi comentado e é importante, o programa em si da capacitação vai depender, vai ter uma análise de vocação do perfil de beneficiários, então a partir desse perfil ele vai ter diferentes programas de capacitação para apoiar essa independência, esse incremento de renda, então isso está previsto nessa PPP. No chamamento de locação social é uma locação, é um instrumento mais simples, não abarca por todos os serviços, mas abarca a gestão condominial, como foi comentado pela Paula a metragem muda, então os valores do aluguel mais condomínio, porque esse pacote todo varia a depender da região, elas foram divididas justamente por conta da diferença de preços que tem cada uma delas, vocês vão ver isso nos documentos, de acordo com a tipologia tem valores diferentes por metro quadrado, a depender da idade do imóvel, se tem ou não vaga na garagem, mas ele varia de 800 reais a um pouco mais de 1500 reais por unidade, juntando esses dois serviços, para imóveis maiores e na região central é esse o valor para o atendimento habitacional mais imediato, porque já são unidades que já estão prontas, na PPP você consegue fazer de forma mais barata com todos os serviços porque é um projeto de mais longo prazo, você tem um prazo do retorno. Uma pergunta, acho que do André, sobre a fachada ativa, a quem pertence essa remuneração. O aluguel que essa fachada não residencial gera e ajuda a financiar o programa, ele tem essa finalidade. Acho que para fechar, a questão dos prazos, a intenção é colocar em consulta pública a partir da semana que vem, então vai ficar um período de provavelmente 30 dias em consulta pública, mais uma audiência pública e aí sim vamos receber as contribuições todas, analisar, aprimorar o projeto, para aí sim depois publicar um edital definitivo para que possa ajudar a ser célere na medida do possível e atender à demanda. Eu acho que perpassei um pouco pelas principais, então a intenção era mesmo só contextualizar para vocês entenderem o conceito do projeto e os documentos semana que vem vão estar disponíveis, assim que for publicado, no mesmo dia vão ser encaminhados a todos vocês, disponibilizaremos para o Secretário e ele repassará para todos vocês, continuaremos à disposição para ouvir, para tentar aprimorar naquilo que for possível. Agradeço mais uma vez o tempo e as contribuições já recebidas. **Sra. Verônica:** Eu queria entender o valor do aluguel por metro quadrado, não ficou claro. **Sr. Alcides:** Eu vou pedir para vocês passarem tudo por e-mail, vamos responder tudo para vocês, vamos encaminhar a consulta pública, ela terá mais detalhes, o que vai permitir que vocês formulem até melhor, se quiserem esperar inclusive fazer a publicação para que vocês tenham mais detalhes e possam formular as questões com mais dados, eu acho melhor. São muitas dúvidas porque, como bem disse o Rogério Ceron, ele fez uma breve apresentação, bem executiva, porque por questão de isonomia tem que dar publicidade a isso para todos de maneira geral, então ele vai fazer isso através do Diário Oficial, assim que publicar no Diário Oficial disponibilizaremos a vocês todos e vocês tão ter todos os dados e podem fazer quantas perguntas forem necessárias, que vamos encaminhar para eles e eles vão acatar, estudar e responder a todas. **Sr. Miguel:** Eu acho que a Verônica tem toda razão. Porque não dá para você ouvir certas coisas aqui e voltar para casa engasgado com isso. Se colocou aqui, eu acho que tem que debater. Eu fico assim pasmo com um negócio aqui, como você fala um aluguel social de 800 a 1500 reais? Já é uma exclusão aí, está fora. Então não dá para não debater isso aqui. Se tivesse usado a forma que o André falou, mandar a apresentação para nós antes da reunião, como já vimos pedindo há algum tempo, talvez já vínhamos com as respostas nas falas. **Sr. Alcides:** Miguel, vou insistir, acho que você não entendeu. Para a reunião ele trouxe uma apresentação só para ilustrar um pouco do que ia falar, trouxemos para a reunião para avisá-los que vamos colocar uma consulta pública na rua, o Ceron, por uma questão administrativa, ele e a equipe dele, não podem antecipar muitos detalhes antes de dar publicidade oficial para isso, por uma questão administrativa. Se vocês quiserem que nós tragamos o tema de novo na hora em que publicar e aí ele pode apresentar os valores, tudo bem explicadinho para vocês, apesar de que já vai estar publicado, vocês já vão ter recebido, porque vamos mandar, assumimos o compromisso de mandar isso tudo para vocês, o que vai facilitar depois vocês tirarem as dúvidas, nós fazemos. Só para esclarecer a sua questão, o que você colocou, o valor de 800 reais a 1500 reais não quer dizer que o beneficiário vai pagar isso, não é isso, toda locação social tem um subsídio público, nós vamos subsidiar justamente para atender aquele que não consegue se bancar e adquirir um imóvel, então vamos ter nosso subsídio e uma parte do aluguel social, que é uma parte pequena, compatível com a renda do beneficiário, ele vai pagar. Imagina, não faz sentido. **Sr. Miguel:** Subsídio também é dinheiro público. **Sr. Alcides:** Sim, mas aí é onde temos que ver a viabilidade. **Sr. Miguel:** De qualquer forma, está saindo do munícipe. **Sr. Alcides:** Mas o que você quis dizer é que íamos cobrar o aluguel de 800 reais. **Sr. Miguel:** Independentemente disso, o subsídio é dinheiro público também, também está saindo do munícipe. **Sr. Alcides:** Tudo bem? Se em algum momento chegarmos à conclusão que é oneroso demais o programa, podemos reavaliar, mas esse momento é de consulta pública, de estudarmos isso. **Sra. Verônica:** Só quero fazer um encaminhamento da seguinte questão, a hora que sair a publicação, tem como fazer uma reunião do Conselho para só discutirmos essa questão? Porque ela é bem complicada e não vamos conseguir entender, o Miguel não está entendendo, os outros conselheiros não estão entendendo. Então seria fazer uma reunião do Conselho só para discutir a locação social. Pode-se encaminhar assim? **Sr. Alcides:** Só um minutinho, o Secretário Adjunto entrou na reunião, vou passar a palavra para ele, ele pode ajudar. **Sr. Orlando:** Pessoal, desculpa, cheguei aqui e já estava no começo da apresentação, eu assisti à apresentação, assisti os questionamentos, estava em trânsito voltando do palácio, vou ter que ir daqui a pouco de novo, terei duas reuniões lá. O Júnior explicou a maioria das coisas, mas vou colocar uma questão que não sei se foi falada. Nós vislumbramos aqui, logo que eu entrei na Secretaria, várias estratégias novas de provimento de habitação, nós temos aqui trabalhado diariamente para tentar novas estratégias, vocês vão concordar comigo aqui que passa ano, passa gestão, passa décadas e a coisa não está sendo resolvida, então estamos tentando coisas novas, certo? Fazemos unidades, Minha Casa Minha Vida, agora Casa Verde e Amarela, e o número do déficit não diminui, então estamos aqui tentando ser criativos e alguma estratégia nova que estamos provocando. É isso. Eu procurei o Ceron, que é presidente da SP Parcerias, para que se eles pudessem pensar em alguma modelagem, algo que pudesse ser construído junto com a iniciativa privada, que pudesse ser mais barato para os cofres públicos, algo que pudesse ser mais barato para o munícipe, para o beneficiário, ele chegou na semana passada e falou: fechamos aqui uma proposta, temos aqui uma modelagem, um piloto, um embrião de uma modelagem, fizemos alguns estudos e temos algo que dá para ir para a rua para ser consultado, eu falei: ótimo, já falou com o Prefeito?, ele falou: vamos falar com o Prefeito na quarta-feira, ontem, eu falei: então está bom, falem com o prefeito, se o prefeito der ok vamos para o Conselho para o Conselho também ser comunicado que temos duas ideias que vão ser colocadas na rua para consulta pública e que vão receber contribuições da sociedade inteira e também de vocês. Então aqui foi uma apresentação geral, que tenho certeza que vocês estão com muitas dúvidas, eu também, eu conheci essa apresentação na semana passada, por exemplo, a dúvida do Miguel é importantíssima, eu tenho certeza que muitos vão olhar ali 800 reais, vão entender que a pessoa vai pagar 800 reais e não é, 800 reais é o custo da operação, a pessoa vai pagar quanto? 200, 300, 500, 800, 100?? Isso vamos decidir depois, em conjunto, temos que separar o que é o provimento da unidade e depois vamos decidir, se não me engano a Luciana falou da demanda, qual vai ser a demanda atendida? São outras fases da nossa decisão, então a ideia que encomendei para o Ceron é: tem alguma possibilidade de conseguirmos viabilizar 3 mil, 5 mil unidades de locação social via parceria? Ele trouxe aqui uma proposta. Acho que a Verônica foi feliz no encaminhamento, é exatamente o que eu ia propor, não vamos fazer esse debate aqui em dez minutos, ele é muito complexo, nós temos estudado casos de outros países, é talvez uma tendência à locação social, talvez não vamos encerrar em uma reunião, eu acho que provavelmente vamos fazer em uma reunião, em duas, três, ele é um mecanismo importante para nós, podemos evoluir muito na política pública habitacional com locação social, tem que ser muito bem debatido, como prover e qual a demanda que vai utilizar dele, esse debate vai longe. Hoje realmente é só o início, eu não queria em hipótese nenhuma soltar qualquer tipo de consulta pública, principalmente de um tema que eu sei que é um tema caro para vocês, sem vocês serem avisados, era isso. Sugestão minha é que soltemos a consulta, a consulta é quanto tempo, Ceron? **Sr. Rogério:** A princípio 30 dias, Secretário, com audiência pública e podemos também voltar. **Sr. Orlando:** Acho que podemos fazer até uma extraordinária, se vocês quiserem, nesse período, antes de terminar, a consulta pública, porque depois o Ceron recebe toda contribuição nossa e da consulta, para compilar tudo, depois marcamos outra nossa em seguida, para receber o material que a SP Parcerias produziu, para aí sim criticar, aqui sim, aqui não, aqui é o caminho certo, aqui não é. enfim, só resumindo, exatamente o que está na cabeça de vocês é o que está na nossa, não queremos atropelar em nenhum momento, mas precisamos ter um embrião, as coisas precisam começar, é um pouco do estilo aqui, vocês já perceberam meu estilo, precisamos começar, às vezes a coisa fica muito parada na discussão e não anda, então. **Sr. André:** Só uma questão de ordem, Secretário, só para entender um pouco da sua fala e outra dúvida que tenho. O senhor falou que apresentou o modelo da PPP para nosso prefeito Ricardo Nunes, eu queria saber se a ideia da PPP já é ideia fechada, já é algo que vai ser essa modelagem, ou também estará em discussão? Segundo ponto, essa colocação que eu queria também, de ter essa reunião extraordinária, nós já sairmos daqui com encaminhamento e data marcada. **Sr. Orlando:** Está bom. Não tem nada fechado, André, as duas são propostas e podemos sim fechar aqui, no final da reunião já marcar a extraordinária com pauta única da locação. No final decidimos isso. Pode falar, Fátima. **Sra. Fátima:** É porque essa é a segunda vez que colocam essa pauta para nós desse jeito, por isso estamos colando essas questões, porque não veio primeiro para nós discutirmos, hoje poderia ter apresentado, termos uma discussão e voltar essa discussão como o senhor está propondo. A questão é que houve uma vez uma apresentação, a mesma coisa, apresentaram para nós e ninguém nem sabia o que era, e não discutimos e agora estão apresentando novamente. Porque se essa pauta tivesse vindo para nós, já tínhamos discutido, através dos movimentos e com vários outros companheiros, e hoje estaríamos com a coisa mais clara aqui, então por isso pedimos um tempo para ter uma discussão também entre nós Conselheiros. **Sra. Fátima:** Eu entendi, Fátima. Não posso responder pelo outro processo, eu não estava aqui, mas esse nós vamos fazer dessa maneira, sem atropelar, podem ficar tranquilos, porque eu quero que o modelo seja o mais qualificado e executável possível. No final nós marcamos uma extraordinária antes do fim dos 30 dias para discutirmos duas horas só sobre locação e imediatamente, Júnior, já mandamos o material que o Ceron tiver, inclusive, o material expandido, o que vocês conseguiram levantar de informação, separa tudo para eles estudarem. **Sr. Alcides:** A comunicação após a publicação nós conseguimos, o Ceron falou aqui antes que ele não consegue mandar todos os dados detalhados porque precisa administrativamente precisa da publicação para poder disponibilizar isso, então depois vai receber tudo, todo o material. **Sr. Orlando:** Lembrem-me no final para marcamos essa extraordinária. Bom, passando para a Pauta nº 3, o Pode Entrar. **Sra. Ana Maria:** Podemos, Secretário, colocar a apresentação? **Sr. Orlando:** Por favor. Bom, queria dar o startup do Pode Entrar, como está, qual o andamento, temos feito nas outras reuniões. Esses quadradinhos azuis são as fases que já passamos, no cronograma que temos aqui o próximo passo é até o final dessa semana termos um texto final consolidado do Decreto, das minutas do Decreto, fechando agora com SEHAB e COHAB, esse é o decreto da regulamentação do Pode Entrar, o Pode Entrar ficou um programa complexo, sofisticado, com vários instrumentos, temos falado isso em todas as oportunidades, nós vamos regulamentar uma parte dele agora, porque tem outros mecanismos mais complexos de implementar, mas estamos dando prioridade para Entidades, justamente pelo compromisso que assumimos com

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sábado, 18 de dezembro de 2021 às 05:00:36

vocês aqui, então se fôssemos regulamentar tudo ao mesmo tempo, Carta de Crédito vai junto também, Aquisição, Conta Garantidora, é o processo mais difícil para regulamentação, ia demorar muito tempo, então separamos, deve regulamentar Entidades e Carta de Crédito junto, que é mais simples, e depois, alguns meses mais para frente, regulamentamos o restante com mais calma, mas já libera o compromisso que tivemos com vocês. Então fechamos essa semana a minuta, fechamos o texto aqui e enviamos para a TL na semana que vem, dia 26 acho que é terça ou quarta, deixa-me confirmar, terça-feira, já estamos fazendo alinhamento com a TL, só lembrá-los, é o órgão lá na Casa Civil, então temos ainda uma relação com o pessoal, já estamos alinhando o processo para não perder tempo na Casa Civil. E iniciamos o processo da instrução normativa no dia seguinte, para fazer o processo paralelo e não perdermos tempo, enquanto a TL processa o decreto para o Prefeito publicar provavelmente no dia 8, imaginamos duas semanas de tramitação interna, que é o tempo que o decreto tem que passar pela consulta nas Secretarias, tem que passar por Procuradoria, Fazenda, outras Secretarias, normalmente leva duas semanas, em paralelo já vamos trabalhar na instrução normativa, para que em seguida, veja que nossa previsão é que até dia 12 de novembro tenhamos a resolução revisada e a Instrução Normativa realizada para publicar em seguida, então estamos com objetivo de até no meio de novembro estarmos com todos os instrumentos jurídicos revisados e publicados, está bom? Junto com o decreto do Pode Entrar tem que sair um decreto de demanda, regulamentando a demanda. O que é importante frisar, um pouco na linha do que a Luciana falou da demanda do Locação Social, nós vamos ter que fazer uma discussão aqui no Conselho sobre a demanda da nossa política habitacional, nós durante muitos anos trabalhamos com base na demanda ali regulamentada do Minha Casa Minha Vida, certo? Então a nossa era baseada neles e alguns critérios municipais. Como estamos atacando aqui vários instrumentos que vão nos dar alguma agilidade de entrega, podemos avançar em outras políticas de demanda, então podemos discutir aqui algumas demandas direcionadas e tal, em algum momento eu quero chamar esse Conselho para fazer essa discussão, mas não é disso que se trata esse decreto de demanda. Esse decreto de demanda é simplesmente como o decreto de demanda que hoje está publicado faz referência ao Minha Casa Minha Vida, precisamos consertá-lo para fazer referência ao Pode Entrar e regulamentar um pouco a demanda fechada, demanda aberta, só regulamentar o que já existe, então aqui não tem nada de inovação, mas precisa ter, porque se não, não conseguimos andar com o Pode Entrar. Aqui uma atualização, que nós chamamos todas as entidades para que viessem antes mesmo da publicação da regulamentação atualizar seus projetos, são 78 empreendimentos, 33 não solicitaram o pré-agendamento, 13 dos atendimentos realizados não têm pendência nenhuma, significa 17%, ou seja, 1727 unidades estimadas poderemos assinar o contrato praticamente em seguida dos ritos burocráticos, eu vou ter um slide aqui em seguida que vou apresentar quais são. Nós temos um objetivo, uma meta, como eu tinha prometido para vocês, de assinar esses contratos ainda esse ano, com esse prazo que estamos trabalhando, então provavelmente esses 13 empreendimentos serão o primeiro lote de assinaturas, 14 empreendimentos têm pendências internas, SEHAB e COHAB, são pendências que dependem de nós ou que vamos ajudar, por exemplo, pequenas questões de licenciamento, então está aqui como SEHAB e COHAB porque nós vamos correr atrás da Secretaria de Licenciamento, ou é algum documento aqui que precisa sair, então estamos correndo para agilizar, é muito provável que esses 14 consigamos com que alguns subam o status e também consigamos assinar no primeiro lote. 9 têm pendências também da entidade, aprovação de projeto, e 9 têm só pendências da entidade. Bom, isso então é um pouco do resumo, de como estão os projetos. Aqui o fluxo, então vamos publicar o decreto, vamos publicar a instrução normativa, depois publicar o edital, chamando todo mundo para aderir novamente ao chamamento, então vamos ter um edital que precisamos ter um ato para simplificar, precisamos revalidar se a entidade tem interesse ou não em continuar o chamamento, pode ser que alguma queria desistir, então o edital é justamente para convocar todas as entidades para reafirmar o interesse no chamamento que ela ganhou. Depois disso, ela aceitando, faz o recadastramento de qual empresa, se for o caso, recadastra as empresas, depois disso vai para comissão de análise, análise técnica, jurídica, análise social, em seguida partimos para contratação e termo de cooperação. Lembrando que temos uma meta de assinar esse ano ainda o primeiro lote. É importante registrar aqui, caso algum projeto não consiga assinar em dezembro, vamos fazer a assinatura em janeiro, fevereiro, não vamos vincular as assinaturas dos contratos a datas específicas, não vamos esperar juntar número de contratos para assinar em fevereiro ou março, não, vamos assinar os contratos conforme a documentação for sendo liberada. Então vamos supor que assinemos um conjunto de contratos no dia 15 de dezembro, ok? Que é o primeiro lote. mas dia 17 de dezembro conseguimos corrigir alguma documentação que estava pendente. Assinamos o contrato desse outro projeto no dia 17. Se dia 23 de dezembro outro projeto conseguiu resolver, assinamos imediatamente. O que quero dizer com isso? Nenhum projeto vai ficar parado esperando algum lote, algum outro projeto andar. Resolveu toda a documentação, vai para contratação. Do Pode Entrar, esse é o estado da arte. **Sr. André:** A primeira questão é sobre a questão dos licenciamentos referente ao Pode Entrar, tem tido reclamação constante. A companheira Verônica está levantando a mão para se inscrever, peço que a inscrição dela seja feita. Nossa companheira do MUHAB, Verônica, nós estivemos, junto com a Marisete, hoje com o César, eu queria compartilhar uma das nossas propostas que fizemos para o Secretário César. A primeira, como teremos um decreto, estamos propondo que através dele seja feita a criação de uma via rápida, tipo um Poupatempo, para o licenciamento dessas habitações de interesse social, com mutirão para análise desses licenciamentos, envolvendo os servidores da pasta de licenciamento hoje, que está na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e também naquilo que pertence à Secretaria de Habitação. Logicamente, agora é uma posição minha, porque eu lembro da época do Orlando Moraes, que tinha um PCV lá no governo do Kassab, em que a parte de licenciamento cabia, principalmente na questão que eu defendo, posição pessoal do Conselheiro André, que seja feito, principalmente no Pode Entrar, pela Secretaria de Habitação, isso numa competência de decreto do Prefeito Ricardo Nunes. O segundo ponto, que peço esclarecimento de Vossa Excelência, é quanto à questão que tenho sido muito perguntado, da Carta de Crédito, muitas entidades me perguntaram sobre. Qual é a previsão no primeiro ano de atendimento de Carta de Crédito? Mesmo porque o senhor colocou como prioridade da sua Gestão à frente da Secretaria Municipal de Habitação e que nós colocamos a nossa reunião que tivemos ainda no mês de janeiro, no primeiro bimestre desse ano. Então peço esses esclarecimentos. **Sr. Orlando:** André, eu não entendi a parte final da Carta de Crédito, desculpe-me. **Sr. André:** Eu pediria para o senhor especificar qual é o objetivo, quantas cartas de crédito o senhor pretende liberar no primeiro ano, nesse primeiro lote? Porque muitas entidades estão ansiosas por essa abertura e de forma inteligente que o senhor teve de poder abrir outros leques, então muitas entidades estão me perguntando isso, porque o objetivo é facilitar, agilizar, sem preconceitos, temos um mercado que está produzindo, eu acho que seria uma maneira bastante rápida de atendimento dessas demandas que várias entidades menores, que não tem condição de ter assistência técnica, têm também objetivo de atender seus associados. **Sr. Orlando:** Perfeito. André, acho que a sua questão da via rápida é uma boa ideia, nós já tínhamos demandado a SMUL para essa questão da via rápida, não tínhamos discutido a questão de a SEHAB fazer o licenciamento, acho que talvez seja uma demanda que podemos discutir com o Gabinete do prefeito. É interessante, vamos ter que demandar parte técnica, que não temos. Nós tínhamos demandado para eles uma equipe dedicada para isso, de repente poderíamos ficar aqui, é uma proposta interessante. Vou levá-la, porque realmente poderia agilizar. A questão do licenciamento é um gargalo, você tem razão. A questão da Carta de Crédito, acho que podemos avançar bastante com ela, temos estudado aqui que ela juntamente com a conta garantidora, então você ajuda em um subsídio que serve como entrada e por outro lado tem uma conta garantidora em que facilita o crédito, você quebra muitas das dificuldades das pessoas que precisavam acessar a rede bancária, por exemplo, então estamos muito confiantes disso, estamos fazendo contas do que conseguiríamos alcançar de números, não tenho essa resposta ainda, qual a quantidade, mas queríamos tentar fazer um piloto, é importante, a operação da carta de crédito vai demandar um convênio, provavelmente primeiro com a Caixa, que é quem já tem operação de carta de crédito, depois expandimos para outros bancos, então estamos pensando em ter esse piloto, uma quantidade razoável para vermos qual o nível de facilidade e agilidade que vamos ter e depois paramos, em quanto tempo viabilizamos uma carta de crédito de fato? Um mês, dois, cinco, dez dias. E aí fazer um planejamento mais agressivo regional, por demanda específica, por entidade, mas esse é o tipo de questão que queremos discutir aqui com vocês. Nunes. **Sr. Nunes:** Boa tarde. Primeiro cumprimentar a Ana Maria pelo aniversário, parabéns, Ana. Muitas felicidades para você. Sobre a minha questão, nós tivemos uma conversa na sexta com o Alcides e equipe sobre o decreto e eu fiquei com uma dúvida, vocês apresentaram o mesmo cronograma que haviam apresentado antes para nós. Nós fizemos vários apontamentos, a questão do decreto que havia sido apresentado, especialmente em relação a modalidade de autogestão e ficou o compromisso de fazer uma revisão do decreto, com a informação que vocês pretendem publicar já na semana que vem, só para entender. **Sr. Alcides:** No final da semana que vem pretendemos enviar para a TL, mas vamos voltar a discutir com vocês, levando em consideração o que vocês nos enviaram por e-mail. **Sr. Nunes:** Tinha uma dúvida sobre os empreendimentos que você apresentou, tem cerca de 1700 sem pendências, eu queria entender bem, quando você fala sem pendência, é que já está com projeto executivo aprovado, essas coisas todas, ou é que estariam dentro da cláusula? **Sr. Orlando:** As pendências são várias, quem tem pendências tem vários tipos de pendência. **Sr. Nunes:** Não, quem não tem pendências está em que lugar? **Sr. Orlando:** É aquele azul, são 13 se não me engano sem pendências, que são os 1700. **Sr. Alcides:** Que já têm projeto aprovado. **Sr. Orlando:** Já têm projeto aprovado. **Sr. Nunes:** Já têm projeto aprovado, entendi. **Sr. Orlando:** Com alvará de obra, inclusive. **Sr. Nunes:** Mas ainda vai ter que desenvolver o executivo e tal naquela clausula suspensiva. **Sr. Alcides:** Isso, pode fazer a suspensiva se for o caso. **Sr. Nunes:** Sim. Por último, não consegui perguntar naquela hora sobre a locação social, se quiser responder depois tudo bem também, era se esse programa de locação social vai estar incluso dentro do Pode Entrar também, porque é outra coisa, porque na lei do pode entrar nós prevíamos a locação social. **Sr. Orlando:** Nunes, sua pergunta é interessante. A primeira demanda que eu fiz para a SP Parcerias é tentar fazer uma modelagem de parceria para tentar prover, se for possível, se for uma coisa que para em pé, se for uma coisa interessante para a administração, conselho, sociedade, depois temos que fazer essa discussão, porque ele pode se enquadrar dentro dos critérios do Pode Entrar e pode ser uma política de locação paralela, uma política para morador de rua, por exemplo, vamos pegar uma parte dela para morador de rua, para estudante, ela serve para tudo isso, mas temos que sentar, cabe um pouco do que acho que a Luciana falou de demanda, ter uma discussão posterior. Eu tenho que ir para o Palácio, vou entrar pelo celular, vou sair aqui 5 minutinhos e continuo a reunião no celular. Júnior, se você puder, depois que a Verônica falar e para a reunião não parar, já vai apresentando a próxima pauta. **Sra. Verônica:** Eu queria só entender esse decreto de regulamentação que está sendo feito, só que eu não consigo entender, tem algumas coisas que parece que não estão bem claras para nós, por exemplo, os critérios para selecionarmos as famílias, como vai ser? Vai sair nesse decreto agora no dia 12 de novembro, vai ser outro decreto? Isso que não está claro, como vai ser com as famílias autônomas, qual o valor de juros, se não tem, vai poder usar o FGTS, não vai poder, então tem várias perguntas que os associados fazem para nós aqui, mas não conseguimos responder, até porque não está claro nesse decreto, está confuso. Esse é do Pode Entrar. Eu estou lá nas 9, não consegui aprovar meu projeto ainda, nós entramos com nosso projeto, que até estive segunda-feira com o Júnior e hoje com o Secretário junto com o pessoal do MUHAB e Conselho, desde o mês 7 não se moveu uma palha lá dentro para poder dar uma resposta para nós das diretrizes para poder começar a aprovação do projeto. Mas enfim, acho que foi uma das melhores reuniões que tivemos hoje, o André está me ouvindo, de formar esse grupo de força tarefa para resolver todos os problemas que têm lá. O Júnior está rindo, mas foi o que fizemos hoje. Eu quero resposta que não tem, não tem resposta, não é, Júnior? Mas enfim, foi uma reunião muito boa, falamos assim: o Júnior da SEHAB tem todos os nossos problemas, por que o licenciamento não se reúne e diz: isso se resolve em tantos dias, isso em tantos meses, dá prazos para nós, porque é um programa que vai ter construção na Barra Funda, no metrô, na Zona Sul, na Zona Leste, em toda a cidade, é uma marca da prefeitura. E o Secretário César entendeu essa nossa proposta e ficamos contentes, espero que isso se realize, porque às vezes fazemos a reunião e depois não se realiza, vamos ver, André. Agora, da locação social eu quero discutir, eu sou uma das pessoas que a Ana sabe disso, todas as reuniões eu falava: locação social, e me chamavam de doida. Eu quero imensamente agradecer ao Secretário, que saiu agora, mas deve estar me ouvindo, de isso poder estar no Programa Pode Entrar e ter virado uma lei, para as pessoas que não têm condições de ter uma casa própria. Isso é uma ajuda tão grande, hoje eu passei aqui embaixo do viaduto Amaral Gurgel, a prefeitura estava retirando os moradores de rua, não é isso que nós queremos na cidade, queremos todo mundo dentro de uma casa, entendeu? E a locação social é uma solução, está certo? Como a carta de crédito. Tem pessoas que não conseguem às vezes estar na locação social porque a renda ultrapassa e não consegue comprar um empreendimento, mas consegue através da carta de crédito, então a carta de crédito também tem que ser desenvolvida e acontecer. O que quero entender do Pode Entrar, em que momento que vamos saber tudo isso o que perguntei? E quero participar da discussão da locação social, quero participar da questão da carta de crédito, porque isso foi uma luta minha muito grande dentro do governo, e graças a deus aconteceu. Então essa é minha pergunta, pode usar FGTS, quais os critérios para poder selecionar a demanda, juros, autônomo como prova a renda? Então são alguns gargalos que ainda tem no Pode Entrar. Como vai regulamentar isso? **Sr. Alcides:** Verônica, vou pedir por favor para você mandar para nós, se for por e-mail melhor ainda, e rodamos com as equipes técnicas cada uma das dúvidas e vamos batendo bola com você, muita coisa que você falou não é objeto do decreto, porque não é tecnicamente o mesmo para ficar discutindo decreto, mas vamos respondendo para você, podemos até criar uma rede depois e enviar para todo mundo, se alguém tiver mais alguma questão, está certo? Eu particularmente não tenho essa resposta de pronto agora. **Sr. Alcides:** Eu vou encaminhar isso tudo amanhã, porque amanhã vou encaminhar aquele documento que prometi. **Sra. Verônica:** Combinado. **Sr. André:** Só uma questão de ordem, Júnior, para perguntar objetivamente, vai ter instrução normativa? Se a resposta for positiva, tem prazo? de forma mais detalhada, para responder essas perguntas, ou não? **Sr. Alcides:** Vai. O Secretário apresentou aí no cronograma a revisão da instrução e vai ser publicada, vai sim. Depois vamos mandar esse slide para vocês. Podemos mandar para eles, Ana. E se gerar mais dúvidas, vocês nos encaminham. O slide tem o cronograma. **Sra. Ana Maria:** Nós encaminhamos em seguida. **Sr. Alcides:** Dito isso, temos a próxima pauta, confesso que não estava muito preparado para apresentar, o Secretário está mais afiado, vou tentar aqui, acho que até tem um pessoal da nossa equipe técnica que pode ajudar, porque vamos falar da LOA, é isso, Ana? **Sra. Ana Maria:** É isso, Secretário, nós vamos agora compartilhar o próximo item da pauta e convidar as equipes da SEHAB, Assessoria de Gabinete, para LOA 2022, equipe da COHAB. **Sr. Alcides:** Isso. Nós vamos começar a falar um pouco do que enviamos para a Câmara Municipal, eu não sei, a Arika pode me informar, ou por WhatsApp, se estiver sem microfone, quem está da equipe que vai falar, não sei nem se é ela que vai falar. Lysandra. Não estou a vendo aqui, mas posso passar a palavra para a Lisandra apresentar um pouco do que foi enviado efetivamente para a Câmara em relação ao orçamento 2022 da SEHAB e COHAB. **Sra. Lysandra:** Boa tarde. O Jobs, o nosso diretor em DEPLAN, não sei se está presente, ele quem ia fazer a apresentação, mas posso fazer se ele não estiver por aqui. **Sr. Alcides:** Pode fazer. **Sra. Lysandra:** É uma apresentação bem rápida mesmo, com quadro de detalhamento de despesa, do que foi a proposta enviada para a Câmara. Então são valores que não tem nada definido ainda, está sujeito a alterações, mas a grosso modo, no órgão 14 da Secretaria de Habitação, nos recursos do Tesouro. Daí dos valores da SEHAB tem um total para atividade de 158 milhões e para projeto um valor de 1 bilhão e 400, mais ou menos, então somando no órgão 14, o valor de atividade para projeto tem aí esses valores, 1 bilhão 560 aproximadamente. Dividido entre os programas de regularização fundiária, construção de unidades, urbanização, locação, foi criado uma rubrica específica para o Programa Pode Entrar, que é onde concentra a maior parte do recurso, tem esse 1 bilhão 178 aproximadamente. Indo para as próximas fontes de recurso que a SEHAB também executa, no FMSAI tem um valor de 247 milhões, no FUNDURB um valor de 150 milhões, dos valores da COHAB tem aí separado para atividade 95 milhões, para projeto 69, então um total de 165 milhões. No FMH, 44 milhões, colocamos também os valores de SMUL, da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento das operações urbanas, daí separando pelo projeto atividade de construção de unidades, na Faria Lima o valor de 51 milhões, na Operação Urbana Centro para construção de unidade e regularização fundiária, um total de 472 mil, na Água Espraiada para construção de unidades habitacionais, 103 milhões, na Água Branca, tanto para construção quanto para urbanização, 26 milhões. Então para pauta da habitação, tem aproximadamente nas operações urbanas um total de 183 milhões. Fizemos o gráfico pizza de resumo de todas as fontes de recurso, então tem uma parcela maior, 66% de Recurso do Tesouro e os outros complementando os 100%. Temos de fonte do Tesouro a maior parte de operação de crédito, 77%, mais 10% de fonte Municipal, Federal 4% e Estadual 9%. Por fim, fizemos um quadro resumo por projeto atividade, então para construção de unidade, somando todos os recursos que estão na Câmara para aprovação, a solicitação inicial foi de 458 milhões para construção, para regularização fundiária 25 milhões, para urbanização 37 milhões, locação social 5 milhões, para mananciais, que é a maior parte das ações de urbanização de favelas que estão em mananciais, 305 milhões, para PPP da Habitação 52, vou pular para o Programa Pode Entrar, que é a maior parte aí, R$ 1.779.825.247,00. Acho que era isso, a apresentação que preparamos só com esses valores que foram enviados para proposta da Câmara. **Sr. Alcides:** Obrigado, Lysandra. Bom, esse foi um pouco do que enviamos, obviamente tínhamos alguns outros projetos em mente, mas quando você ajusta isso ao orçamento de todas as pastas, isso é natural, todas as pastas apresentam seus projetos, temos que moldar ao orçamento. É um orçamento importante que veio para nós, saímos do ano passado de quase um milhão, que foi o que veio, para 2 bilhões, deixa eu ver se tenho a apresentação aqui para falar de número. Enfim, o total é quase 2 bilhões 350 milhões de reais. Temos uma parcela importante para nosso programa, aprovamos agora, significativo para o Programa Pode Entrar. É isso. Eu queria agora mais ouvir do que falar. Já passo a palavra para o André. **Sr. André:** A minha pergunta é em relação ao FUNDURB, na PL 669/2021 consta para o FUNDURB R$ 492.975.348,00, não tenho aqui os centavos porque não caberia aqui na minha tabela, então aqui consta R$150.556.367,00. Outra indagação é o decreto que criou a Secretaria Executiva de Programa de Mananciais, que verdadeiramente já estava trabalhando muito antes da oficialização através de decreto, então até peço para que nós possamos agendar, diante desses recursos bastante volumosos para a Secretaria Executiva, para a próxima reunião que a Secretária Elisabete França possa apresentar seu programa de trabalho, aquilo que ela já executou, aquilo que ela pretende, e apresentar sua nova Secretaria, para que façamos uma coisa integrada, não uma coisa divorciada e fora das questões. Outra questão, voltando à minha primeira intervenção, é que todas essas apresentações sejam antecedidas e enviadas para os Conselheiros, porque tudo isso vai poder ser esclarecido, inclusive foi enviado o link e eu agradeço à Ana Maria, foi bastante proveitoso. Minha última observação não é nem sobre orçamento 2022, mas sobre o orçamento de 2021, eu fiquei espantado porque poucos recursos foram liquidados e empenhados, eu também acho que a cada final de trimestre estávamos aqui fazendo uma prestação de contas daquilo que foi verdadeiramente empenhado e liquidado do orçamento anterior, porque não adianta esse orçamento maravilhoso, é o maior orçamento de todos os tempos da Secretaria, se isso não for empenhado e liquidado. **Sra. Luciana:** Primeiro queria saber sobre essa operação de crédito de 1 milhão e 200 mil, eu queria um pouco mais de detalhes sobre ela, se possível, em quantos anos o município vai pagar, crédito de quem, queria entender se essa perspectiva de gastar esse valor é inteira para o ano de 2022, como é uma operação de crédito, teoricamente teria que estar vinculada a empreendimentos que já estão em andamento ou que vão ser licitados ainda no primeiro trimestre ou primeiro semestre, nesse sentido a fala do André agora, de entendermos quais são as atividades, a continuidade dos empreendimentos que vem sendo feita pelo FMSAI parece que está no mesmo volume dos anos anteriores, o FUNDURB pelo visto também, a COHAB já vimos que vai ter 44 milhões de fonte do Tesouro, fonte primária de impostos, a 00, para a PPP da Habitação, tal como a Lisandra apresentou, e o FMH está cada vez minguando mais, está com recursos na verdade para fazer o gerenciamento, a parte de regularização fundiária dos empreendimentos que estão alocados a ele, então o que está sendo alocado para nós, se eu consigo interpretar e entender isso, é que o FMH está perdendo centralidade no desenho da política habitacional, a COHAB vai ser a gestora da PPP, que parece ser o grande projeto, o FUNDURB também está sendo acessório, o FMSAI continua para o programa de mananciais e eventualmente outro programa, mas não está claro as atividades dele, e o grosso é essa operação de crédito que vai para o Pode Entrar, que ainda está cheio de incertezas sobre quais vão ser as entidades, de que jeito elas vão ser, se o programa de locação pode estar dentro ou não do Pode Entrar, enfim, são muitas as incertezas em relação a um volume tão grande de recursos. Ainda que seja excelente, que tenhamos essa possibilidade para o município, a questão de planejar e entender exatamente onde estão esses empreendimentos, quais são e quem vai ser atendido é muito importante, porque o município de São Paulo, pelo que estou entendendo, está se endividando, é uma operação de crédito, para atender a uma determinada demanda específica, então eu acho que seria importante entendermos ainda melhor quais são as atividades, os empreendimentos e como essa programação está sendo feita, isso não fica claro 100%. **Sr. Alcides:** Com relação a alguns dados da operação de crédito, se a equipe tiver essa questão de prazos e tal, confesso que não tenho aqui agora, se ninguém tiver nós encaminhamos depois para vocês esse retorno, já fica a equipe listada a solicitar essas informações e passar. Com relação ao Pode Entrar, ele mesmo criou uma divisão de recursos, em que 40% do programa é destinado a empreendimentos da SEHAB, 40% para entidades e 20% para locação social e carta de crédito, então temos essa divisão interna na própria lei do programa, vamos começar a contratar os empreendimentos do programa e essa previsão é justamente para essa contratação. Eu acho que a própria lei quando é enviada para cá tem um pouco mais de detalhamento, não trouxemos aqui porque seria até ruim de visualizar, podemos encaminhar também para vocês esse detalhamento, depois para facilitar o diálogo sobre orçamento em si. **Sr. Nunes:** Olá, pessoal. Só uma pergunta também, nesse mesmo sentido, não sei se seria uma pergunta, talvez um pedido na verdade, porque provavelmente vocês não têm agora, esse valor que vocês estão mostrando é um montante bem alto, seria importante talvez depois que a lei for aprovada vocês nos apresentarem quanto vem por modalidade, porque estou entendendo que é o orçamento da Habitação como todo. Quanto vai vir para regularização, para urbanização e para os programas de provisão, especialmente o Pode Entrar? Para termos uma ideia mais concreta de cada programa, quanto vai ter de recurso investido. Para reforçar as palavras da Lu, é importante também se puderem detalhar um pouco mais operação de crédito, deve estar dentro do empréstimo de 8 milhões, isso já é uma lei que foi aprovada recentemente, talvez pudesse detalhar um pouco melhor o que foi essa lei, quais os juros, os prazos a pagar, quanto vai comprometer do orçamento do Município ao longo dos próximos anos. **Sr. Alcides:** Só pontuar uma coisa, obviamente vamos mandar as informações para vocês, mas a SEHAB apresenta a necessidade orçamentária, nós apresentamos os projetos e a necessidade orçamentária, a Fazenda depois analisa a fonte, nós não indicamos a fonte, "isso daqui é daqui e isso daqui", a única coisa que fazem antes é dar o parâmetro, então já aproveitando e respondendo o André, por que tem 150 milhões do FUNDURB? Normalmente o valor sobre ao longo do ano, por que tem 150 milhões? Porque é o parâmetro que a Fazenda usou para colocarmos. **Sr. André:** A pergunta não é essa. Desculpa, estou falando a divergência de valores que existe do PL para a apresentação, então não estou falando que houve recursos suplementares de 2021, estou dizendo a previsão para 2022. Do jeito que você está falando, existe outra questão que eu iria colocar, mas já aproveito para o senhor responder, permitir um decreto em relação a 2021 ainda sobre o FUNDURB ainda, eu vou acrescentar essa questão para o senhor responder de uma vez só, de 300 milhões para aquisição de imóveis, então queria que o senhor explicasse isso, porque a prioridade até o ano anterior seria a construção, então muitos Conselheiros e Associações, isso foi debatido no MUHAB e é uma pergunta a ser respondida e eu quero que fique consignado em ata. **Sr. Alcides:** Bom, com relação ao valor que você colocou do FUNDURB, o valor que você colocou é o valor total, mas não e só a SEHAB que dispõe dos recursos do FUNDURB, então o que está na nossa peça orçamentária é simplesmente o que cabe à SEHAB e não os 400 e tantos milhões que estão previstos lá no FUNDURB como um todo, não apresentamos o valor do FUNDURB inteiro porque as outras secretarias tem na rubrica dela a parte de cada uma delas. Aproveitando e já emendando sua reposta com relação à execução orçamentária, embora possa estar defasado no site a questão de bem, nossa execução orçamentária está alta, inclusive por isso temos um superávit de 300 e poucos milhões que foram aprovados no FUNDURB e a opção pela aquisição do terreno é porque ainda não temos o valor fechado que vai empenhar nos empreendimentos do Pode Entrar, que como o Secretário disse estão para ser assinados esse ano, possivelmente nenhuma execução orçamentária ou baixa execução orçamentária será realizada esse ano por esses empreendimentos e aí não faz sentido você ter o recurso lá e não gastar, então empenhamos em áreas que são importantes para nós, áreas que vão futuramente virar empreendimentos da SEHAB e nós, tendo esse superávit, optamos por executar dessa forma. **Sra. Ana Maria:** Secretário, a Cristina respondeu certo a pergunta do André sobre os 400 milhões. Os 400 milhões do FUNDURB é para a Prefeitura como um todo. **Sr. Alcides:** Foi o que eu falei também, Ana. É isso. Dito isso, a Violeta, depois Verônica, depois Luciana. **Sra. Violeta:** Boa tarde a todos, aqui temos uma reunião que está muito densa de informações que foram trazidas e com pouquíssimo tempo ainda para podermos processar, eu queria me alinhar com a análise bastante criteriosa da professora Luciana agora após essa apresentação. Eu queria me alinhar, endossar, de forma que tenhamos mais informações, mais tempo de maturação, de entendimento, porque por mais experientes que todos sejamos e na linha de frente, ou nas atividades meio, não dá para termos essa análise hoje totalmente já pronta. Eu então me alinharia com todas essas dúvidas e conteúdo que a professora Luciana e demais colegas trouxeram, agora já passou entre o que ela falou e minha vez de falar, mas eu queria me alinhar com a professora Luciana pela análise bastante criteriosa que ela desenhou e que pode servir de roteiro para termos um momento posterior de análise e de agregação de dados e de mais informações e até mesmo reflexões que aqui ainda não são possíveis. Era isso o que queria dizer, alinhando-me com a professora Luciana. **Sr. Orlando:** Vou entrar na reunião daqui 5 minutos, eu queria fazer um comentário aqui sobre a peça orçamentária e sobre os questionamentos da professora Luciana, que eu acho pertinentes. Eu só gostaria que vocês levassem em consideração o seguinte, nós tínhamos um prazo para mandar a peça orçamentária, correto? Que era dia 30 de setembro. A lei foi sancionada dia 8 de setembro, não foi, Júnior? 9 de setembro. Estamos em fase de regulamentação de 3 ou 4 novos instrumentos que não existiam, então estou vendo muitas vezes gente se referindo a empreendimentos, que é um mecanismo que vamos manter em grande escala de produção, mas estamos criando novos mecanismos. Entendo as dúvidas, mas como solicitado por vocês aqui, acho que temos que voltar para esclarecê-las, mas tivemos um gap de 20, 30 dias para preparar um orçamento para mandar para a Câmara pelo prazo em cima de instrumentos novos que estamos criando, então são realmente processos novos que vamos maturar com o tempo e temos até 30, 31 de dezembro, normalmente o orçamento é votado na última semana de dezembro, para construirmos essa divisão, acho que o volume maior é o Pode Entrar, que está com 1,2bi, onde grande parcela está carimbado pela lei para as entidades, aí eu acho que não tem muito segredo, nós temos quase 10 mil unidades para serem produzidas pelo Entidades, então isso dá algo em torno de 480 milhões e precisamos construir agora com o restante, onde será usado e terminando a regulamentação, mapeando direitinho como será usado, voltamos para cá. O que cai na pergunta que o André fez, quantas cartas de crédito vamos fazer, como será feita, qual o valor e tal, e aí vamos ter claramente a distribuição desses recursos, entendo a dúvida e gostaria que vocês entendessem, vamos ter essa resposta mais madura nos próximos 1 mês e meio, não tivemos tempo na hora de mandar a proposta, que foi 20 dias. Peço só essa paciência de mais um ou dois meses, nós termos capacidade de desenhar isso com vocês minuciosamente. Eu vou entrando aqui. **Sra. Verônica:** Júnior, o Secretário até que respondeu uma parte da minha dúvida, a minha pergunta ainda é: esse orçamento tem que aprovar na Câmara Municipal, a partir da hora em que aprova, acho que janeiro que vai ter mais claro quanto aprovou, o orçamento da Câmara é sempre aprovado o menor para Habitação, sempre foi assim ao longo dos anos na cidade de São Paulo, nós esperamos que eles aprovem esse valor todo que a Secretaria encaminhou. A partir daí, eu concordo com o Secretário, sentamos e aí falo assim: está bom, minha pergunta é os prédios que foram desapropriados no Centro de São Paulo, o que vai ser feito deles? Onde vão entrar aqui na reforma? Entendeu? E outras coisas mais, o valor da carta de crédito, quanto vai ter para isso, quando vai começar a pagar arquiteto para desenvolver todos os projetos do Pode Entrar. Então tem várias dúvidas, mas acho que em cima de uma coisa duvidosa, que não temos certeza que a Câmara vai aprovar esse valor todo da

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sábado, 18 de dezembro de 2021 às 05:00:36

Secretaria de Habitação. Gente, se a Câmara aprovar isso, é histórico na cidade de São Paulo, aí sim em janeiro nos reunimos com o Conselho numa reunião extraordinária, "aprovou isso, o que vamos fazer com esse valor que foi aprovado?", porque agora é sonhar e sonho não é realidade, é um futuro, esperança que vai ter. Era isso o que eu queria comentar. **Sr. Alcides:** Obrigado, Verônica. Nós confiamos bastante, especialmente o próprio prefeito declara em toda fala, todo discurso que ele faz, hoje estive de manhã com ele na Cidade Tiradentes, o compromisso com a Habitação que ele tem e muito desse orçamento mais robusto para a Secretaria de Habitação é porque ele confia que vamos executar e temos projetos para realizar essa execução orçamentária no montante que ele encaminhou para a Câmara, afinal de contas quem destinou esse valor para a Habitação foi o próprio Prefeito através da peça orçamentária. **Sra. Luciana:** Eu acho que é bem importante, não sei se fazemos extraordinária ou se fazemos na próxima reunião ordinária, fazer de fato uma reunião para compreender quais são esses projetos, esses programas, acho que o Conselho todo está feliz com esse volume de recursos que está sendo alocado, acho que está todo mundo aqui com o mesmo objetivo, agora, me parece preocupante que os empreendimentos, a lista desses empreendimentos, a forma de contratação, a demanda a ser atendida, a demanda a ser priorizada, isso não esteja claro, porque é um tempo muito curto para a contratação, então como vocês têm excelentes técnicos na Secretaria e na COAHB, são profissionais qualificados, certamente esses empreendimentos já estão designados, afinal de contas esse número não saiu da cartola, não posso imaginar que na verdade esse é um exercício de volume de recursos que vai ser destinado integralmente ao setor privado, para que ele faça a gestão da Política de Habitação, não e isso, eu entendo que não é isso que está sendo colocado, que esses empreendimentos e essa demanda já estão desenhados e que precisa na verdade de uma publicização diferenciada para nós que somos do Conselho, é óbvio, mas que isso será discutido também junto da Câmara, então seria bem importante entendermos mesmo para onde estão indo esses recursos e que padrão está sendo esperado em termos de regulação e de aprovação de novas leis e decretos para que isso possa rodar, porque é um volume significativo. **Sr. André:** Só uma questão, não querendo rebater, mas ao mesmo tempo... da fala do Secretário, nós temos um PPA, que é questão Plurianual, nós temos a Lei Diretriz Orçamentária, só reforçando o que já foi falando anteriormente, então existe toda uma coerência nos gastos públicos, não é simplesmente chegar no mês de setembro e com o projeto de lei, mesmo porque esse prazo é obrigatório então exige o devido planejamento do órgão competente. A questão quanto ao endividamento, ela se faz presente porque ao longo dos anos, temos agora até um representante do DEPLAN, ele vai poder esclarecer isso, a questão do empréstimo do Santander, uma linha de crédito, então a pergunta é: essa linha de financiamento tem parte de recursos do Santander, ela é externa, porque isso foi cogitado pelo Secretário, inclusive um crédito da Venezuela, um banco de desenvolvimento da Venezuela, isso já está garantido ou ainda depende de uma resolução do Senado Federal? Porque o endividamento do município passa, principalmente na questão externa, de uma resolução do Senado Federal, principalmente de uma Comissão de Política Econômica do Senado Federal. Então é essa a pergunta. Porque nós teremos uma política do município e o empréstimo, nós sabemos, que ele tem sua limitação, assim também, como não é a farra do boi, a questão da PPP, que existe também o fundo garantidor da PPP, com bens do município como garantia da PPP. Então tem toda uma questão de endividamento e por isso os questionamentos são pertinentes para essa política pública do município, ficou tão atrelado ao Minha Casa Minha Vida e trouxe grandes prejuízos por não ter essa autonomia do município. **Sr. Alcides:** Bom, André, a operação de crédito, como eu disse anteriormente, nós enviamos uma peça orçamentária sem indicar fonte, a Luciana tem razão, agora o Secretário falou, primeiro ponto, trouxemos aqui hoje simplesmente a apresentação da própria peça orçamentária como está na Câmara, como está dividida em rubricas. O que a fala da Luciana trouxe, a própria fala do André, Verônica, Violeta, é que era interessante apresentarmos para além do orçamento o que estamos projetando, o que temos de projeto, que espelha o gasto do dinheiro que estamos solicitando e pretendemos executar para 2022. Eu acho que vale a sugestão da Luciana de trazer isso para uma reunião com tempo e não acho que deve ser a extraordinária, já temos extraordinária prevista para discutir, conforme foi decidido aqui em Assembleia, o Secretário já deliberou que faremos uma extraordinária para falar da locação, nós trazemos na próxima reunião ordinária um pouco mais do orçamento, eu acho que é válido. A questão da operação de crédito, foi uma lei aprovada recentemente, quando enviado para a Câmara a opção de fonte de recursos para esses 1 bilhão e 200 que foram destinados... Bom, então acho que vale a sugestão para trazermos isso na próxima reunião, discutir um pouco mais projetando orçamento versus projetos. Eu acho que tem uma questão que o Secretário disse, os próprios projetos das entidades vão passar por uma reanálise de orçamento, atualização orçamentária, então tudo isso é um processo que vai acontecer ao longo desse ano e começo do ano que vem. Temos uma próxima pauta. **Sra. Ana Maria:** Secretário, como é de seu conhecimento, a Secretaria Executiva foi notificada em 8 de setembro pelo Secretário Executivo do FMSAI, Sr. Ivan Loureiro de Lima, que o mandato do representante titular do FMSAI, o Sr. Miguel Gomes de Lima, que está presente aqui na sessão, da Associação de Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, do Residencial Sítio Jaraguá, na gestão daquele fundo, está com seu mandato no FMSAI vencido desde 23 de novembro de 2020. A suplente do Miguel, Luciana Royer, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que é a suplente dele também no FMSAI, iniciou o mandato dela em data posterior e então o mandato dela permanece na vigência, mas irá vencer em 6 de janeiro de 2022. O Ivan pediu que o Plenário indicasse ou a recondução do Sr. Miguel ou elegesse um novo representante do Conselho para representá-lo no FMSAI. Nos demais Conselhos que têm acontecido também o vencimento do mandato, o que o Conselho tem tomado de decisão é optado pela recondução do conselheiro que está ali no mandato, porque temos apenas mais 6 ou 7 meses da atual gestão, vamos ter uma nova eleição do Conselho, esse Conselho vai ter seu mandato vencendo no ano que vem, lá pelo mês de junho e julho. Nós estamos com a eleição para acontecer no mês que vem. E como o mandato da Luciana também vai vencer em janeiro, o objetivo nessa reunião era perguntar aos Conselheiros se eles optam pela recondução de ambos para continuarem no FMSAI por mais esse período até o término da atual gestão do Conselho Municipal de Habitação, ou se alguém quer se candidatar à vaga de titular e suplente no FMSAI. É isso que colocamos em primeiro lugar em votação aqui no Conselho. Alguém quer se manifestar? **Sra. Violeta:** Eu queria só perguntar se os colegas Miguel e Luciana estariam dispostos a serem reconduzidos para fazer essa finalização até a nova eleição. Primeiro precisamos saber se eles estão dispostos a isso. **Sra. Ana Maria:** Belíssima pergunta. Eu já tinha consultado antes, foi essa minha falha nesse momento, eu tinha feito essa pergunta antecipadamente a eles e eles tinham concordado, mas esqueci de colocar isso ao Plenário. **Sra. Luciana:** Sim, eu concordo. **Sr. Miguel:** Eu também concordo. **Sra. Violeta:** Perfeito. Bom, então queria me manifestar pela recondução dos colegas. **Sra. Fátima:** Eu também quero me manifestar pela recondução. **Sr. André:** Nós conversamos hoje no MUHAB, diante da questão do trabalho bastante proveitoso e produtivo, principalmente do Conselheiro do Miguel, sem prejuízo da 8ª gestão de nós do MUHAB estarmos apresentando uma candidatura de reconduzi-lo para essa nobre função e tão importante Conselho, então é muito importante ter um companheiro lutador, guerreiro, como o próprio nome Miguel, que honra esse nome de anjo guerreiro, que possa ser reconduzido juntamente com sua suplente para mais uma oportunidade de bem representar o Conselho Municipal de Habitação. Meu forte abraço aos dois Conselheiros. **Sr. Alcides:** Obrigado, André. Vamos partir para o contrário, se tiver alguém contrário que se manifeste, se não, ficam reconduzidos. **Sra. Ana Maria:** Então os dois estão reconduzidos, Secretário. **Sr. Miguel:** Eu só quero agradecer a todos pela confiança de permanecermos eu e a Luciana no Conselho e queria fazer uma cobrança para o Secretário, nós precisamos retomar a pauta do FMSAI nas reuniões, ficou muito distante, eu queria fazer essa cobrança aqui, precisamos retomar, temos pautas importantes no FMSAI, até para respondermos para esse Conselho que hoje nos reconduz o cargo. **Sra. Luciana:** Exatamente, acho que o Miguel falou tudo, são pautas muito relevantes, temos que ter muita atenção, é um dinheiro que está sendo disputado por várias Secretarias, isso é algo que precisamos entender e integrar direito, então tem uma disputa para utilização pela Secretaria de Obras, para questões viárias, que têm a ver com drenagem, etc., mas tem também as questões da urbanização de favelas, tem também a Secretaria do Verde e Meio Ambiente querendo parte dos recursos para utilização nos parques da cidade, enfim, não é muito simples, porque tem que de fato compreender o papel do FMSAI na política habitacional para podermos fazer essa defesa dentro do Conselho do FMSAI representando não nós mesmos, mas o Conselho Municipal, então é algo que exige um olhar mais próximo mesmo do que está acontecendo e da proposição da política e do que se quer do recurso do FMSAI para execução da política. Agradeço a confiança também, é claro. Miguel, sempre te dando suporte no que for preciso. **Sr. Alcides:** Está certo. Têm razão, os dois. Faz total sentido e até faz parte do papel de vocês dois no FMSAI, uma vez aqui delegada a vocês essa missão. **Sra. Ana Maria:** Em seguida, nós aproveitamos esse item da pauta para acrescentar a solicitação de mais uma indicação, que é a suplência no CNPU na vaga deixada pela Conselheira Maria Aparecida Pontes, que faleceu, ela era representante dos movimentos populares, representando o CMH no CMPU, o titular do CMH no CMPU é Adel Rosseto Neto, ele é do segmento da sociedade civil, e necessita então de uma suplência. O plenário, seja os representantes do segmento das entidades comunitárias das organizações populares ligadas à área habitacional ou segmento da sociedade civil, está em aberto para fazerem a indicação, quem deseja se candidatar a assumir a vaga por esse período que resta o mandato aqui da 7ª gestão do CMH, para assumir a suplência no CMPU. Temos algum candidato? eu gostaria só de falar que conversei com o Adel, ele se manifesta um pouco necessitando de alguma pessoa que o substituísse em algumas reuniões, porque às vezes está um pouco comprometido com a agenda dele de horários, precisaria de uma suplência. **Sra. Fátima:** Eu queria colocar, Ana, o Adel está aí, acho ele ótima pessoa, mas a entidade que a Maria Aparecida Pontes estava, quem era a suplente dela na entidade? Ela não pode? **Sra. Ana Maria:** Fátima, as indicações para representantes de Conselheiros Titular em outras entidades não levam em consideração isso. A suplente dela no Conselho era Maria Inês Batista, mas a vaga no CMH é destinada tanto ao movimento popular quanto a sociedade civil. Eu lembro que no dia em que o Conselho tomou posse, havia certa disputa, tanto gente que era da sociedade civil quanto de movimentos populares que queriam, era uma briga grande, foi disputa de vaga por vaga, vocês lembram, até o Miguel está rindo aqui. Eram vagas disputadíssimas. Então estamos aqui colocando para todo mundo, está em aberto, não é nem movimento nem sociedade civil, está em aberto aqui a vaga para quem quiser. Acho que essa última eleição que teve no CMPU, pelo que vi agora na portaria que nomeou, teve grande número de pessoas que foram indicadas em uma eleição bem disputada, um grande número de pessoas com bastante representatividade que desejaram alcançar e representar esse Conselho, eu acho que esse é um Conselho com muitas boas propostas, então não sei, está em aberto, vamos ouvir o que o Abel tem a colocar. **Sr. Abel:** Oi Ana, obrigado, eu queria só reforçar aquilo que você falou, eu acho que a questão de ter mais uma pessoa junto participando no Conselho, representando o CMH, é importante para conseguirmos ou fazer uma articulação e defender a questão da habitação no Conselho, mas também em casos de necessidade conseguir ter alguém, se eu não puder estar presente, que represente a discussão que está sendo tratada no CMH. **Sr. André:** Então, a questão da vaga no CMPU foi um acordo político, como bem aqui ressaltou, até o Miguel lembra, essa nossa biblioteca ambulante, que é a Ana Maria, isso foi feito num acordo político. Então nós queríamos ouvir, logicamente tem a suplente, agora titular, Inês. Mas o MUHAB não está agora presente, mas tem interesse nessa vaga, até por uma correlação de forças, porque o MUHAB não tem nenhum representante, nem o Conselho e que essa vaga fosse indicada por nós. Podemos entrar no seguinte acordo, deixar para a próxima reunião a indicação dessa vaga, se todos concordarem. Temos alguns companheiros, por exemplo, Darci, que não estão presentes. o MUHAB tem interesse nessa vaga, até por uma correlação de forças dentro do próprio Conselho Municipal de Habitação. **Sra. Violeta:** Se estou entendendo essa suplência seria para até a próxima eleição do Conselho, a renovação, é isso? **Sra. Ana Maria:** Isso. **Sra. Violeta:** Estamos falando de quanto tempo, por favor? **Sra. Ana Maria:** Até julho, agosto. Esta gestão nossa termina até julho, agosto. **Sra. Violeta:** Bem, se ninguém se opuser, eu me candidataria a essa suplência para colaborar com o colega da titularidade. **Sr. Miguel:** Eu queria colocar o seguinte: no FMSAI, um pouco mais para atrás, antes da Luciana vir colaborar, era eu e o Lucas, nós ajudávamos um ao outro bastante, estávamos sempre presentes os dois, mas comunicávamos, quando um não podia, o outro estava. Eu quero dizer que a vaga de suplente é totalmente importante. Eu aqui no Conselho sou suplente e estou sempre como titular. **Sra. Ana Maria:** É verdade. **Sr. Miguel:** Nunca faltei uma reunião, então é meu compromisso, compromisso é compromisso. Eu até tinha levantado a mão antes de a Violeta colocar o nome, coloquei até pelo seguinte, seria importante o MUHAB indicar esse nome para a vaga, como bem o André falou, mas quando a Violeta colocou o nome, como o MUHAB acho que não tem essa pessoa aqui presente, não sei como pensa isso, não sei se daria para resolver numa outra reunião, eu tinha até pensado nessa sugestão antes de a Violeta colocar seu nome, porque a respeito muito, será de muito apreço, bem-vinda, Violeta. Tenho muito respeito também pelo seu trabalho. Eu acho que como perguntou antes, ninguém tinha perguntado o nome, eu levantei a mão para dizer que seria importante o MUHAB indicar esse nome, eu lembro do dia, Ana, que você falou dessa disputa que fizemos, de como ficava montado nos conselhos, eu fiquei nessa articulação e apanhei bastante, mas foi o momento que conheci o André de perto e tornou-se uma grande amizade e respeito. Minha sugestão era essa, agora como a Violeta colocou o nome, também será muito bem-vinda, não sei como resolvemos isso agora. **Sr. Alcides:** Tem um problema difícil de resolver, que é a questão de não estar presente quem era indicado, é difícil votarmos sem a pessoa. Mais do que isso, temos uma colega que se colocou à disposição para ajudar, eu acho importante, a Violeta tem sempre uma contribuição importante em todas as reuniões. **Sr. André:** Só uma questão, Ana, eu queria que você esclarecesse, essa vaga, segundo esse ofício do CMPU, necessariamente qual o requisito para preenchimento dela? Só para que fique claro, para qualquer pré-candidatura ou candidatura possa atender os requisitos do decreto que instituiu. **Sra. Ana Maria:** Eu verifiquei isso, André, eu tomei esse cuidado, justamente para não colocar nada em má situação. Primeiro o CMPU não pediu que fizesse o preenchimento da vaga, quem pediu o preenchimento da vaga foi a Sra. Evanisa, que me ligou aqui e pediu que essa vaga, acho que no anseio que estava acontecendo essas eleições para o CMPU, ela sabia que essa vaga era da Maria Aparecida Pontes, que a vaga estava em aberto, tinha até mencionado a história do MUHAB, falando que o MUHAB poderia querer a vaga, queria que essa vaga fosse preenchida, até expliquei para ela que a vaga não é do movimento, que está na legislação que a vaga é do Conselho, pode ser tanto do movimento quanto das organizações da sociedade civil, a vaga está em aberto e na realidade esse é um conselho onde o período da gestão em vigor é pelo tempo em que permanece, por exemplo, nosso conselho que está com gestão que vai durar 4 anos, enquanto um conselheiro que fica aqui 4 anos, ele pode ficar os 4 anos no CMPU, nos outros conselhos não, por exemplo, no FMSAI não, ele fica 2 anos, como houve a requisição do Ivan pedindo: olha, venceu o prazo do Miguel, ou ele é reconduzido ou vocês têm que fazer novo pedido para o Conselho. Cada conselho tem um regulamento próprio, eu fui verificar, no CMPU é diferente, então estamos seguindo exatamente o que está na legislação do CMPU. Se houve um acordo lá atrás no dia, como o Miguel está colocando, estamos relembrando tudo o que aconteceu, como foi combinado, com quem ficaria cada conselho, a representação de cada conselho pelos membros do CMH, para esse conselho não existe essa possibilidade, esse conselho pode ser representado tanto por entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional, quanto por segmento da sociedade civil, e pelo período em que os conselheiros ficarem dentro de uma gestão no Conselho Municipal de Habitação. O MUHAB sabia que essa reunião ia acontecer hoje, então se a Violeta colocou a vontade dela de participar, eu acho que é muito justo, é meu pensamento também como está colocado pelo Secretário. **Sr. André:** Só uma questão, Secretário, nós tivemos no dia de ontem o decreto de nomeação de todos os conselheiros do CMPU para participação da reunião do dia 28 de outubro, na próxima quinta-feira, o encaminhamento que a MUHAB dá é o pedido na próxima reunião extraordinária, já que estamos sendo convocados, que possamos acrescentar, porque não terá nenhum prejuízo, mesmo porque terá que haver comunicação para o Secretário de Desenvolvimento Urbano, o Presidente do Conselho, para que ele possa dar a abertura dessa vaga, mesmo porque a apresentação de pedido não foi oficial pelo Conselho, não é verdade? E nós poderemos encaminhar essa situação para o presidente do CMPU, porque mesmo quem for indicado no dia de hoje não poderá participar da próxima reunião do dia 28 de outubro porque não há decreto de nomeação, mesmo porque não há ata oficial do CMPU, foi um mero ato de comunicação de uma Conselheira do CMPU. A colocação do MUHAB é essa, o pedido de adiamento dessa pauta para a próxima reunião. **Sra. Violeta:** Eu gostaria de me manifestar, porque ao oferecer essa possibilidade de colaboração, de forma nenhuma eu quero aqui criar qualquer disputa, nós temos a presença hoje, é uma forma de fazer essa... Mas de qualquer forma, o André está colocando que isso fica para uma próxima reunião, onde o MUHAB trará o seu nome, que aqui hoje ainda não tem um candidato ou uma pessoa para fazer esse preenchimento, então eu já vou deixando claro que de forma nenhuma do meu desejo qualquer tipo de disputa. Você está falando que não vai haver tempo, não tem tempo, o decreto já foi publicado e não tem o nome dessa suplência, teria que ser um outro decreto para fazer esse complemento, então você, por favor, fique à vontade, eu retiro, porque de forma nenhuma estou aqui para fazer qualquer disputa, vocês me conhecem, então eu não estou entendendo muito bem, se não teria valor, porque deixa para outra reunião, quando trouxer a pessoa ou apresentar, então diante disso, eu queria manifestar que isso é uma ação proativa de minha parte, da minha representação, de forma nenhuma é uma disputa. **Sra. Ana Maria:** Secretário, desculpa, eu preciso esclarecer o André, que está completamente equivocado. **Sr. Alcides:** Claro. **Sra. Ana Maria:** André, o que vai acontecer na semana que vem é que o Secretário vai dar posse a representantes que foram eleitos, eleitos pelo povo, não é a mesma coisa que está acontecendo aqui, aqui é a indicação de um Conselho para um outro Conselho, são coisas distintas, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Este conselho pode indicar representantes a qualquer momento, você está misturando coisas diferentes. A qualquer momento esse Conselho pode indicar um conselheiro para representar este Conselho em outro. E a qualquer momento pode sair um decreto do Secretário ou do Prefeito para indicar um Conselheiro daqui para preencher aquela vaga. Esta vaga aqui não foi uma disputa eleitoral, aquela que vai acontecer na semana que vem, dá posse na semana que vem, foi uma disputa eleitoral. **Sr. André:** Ana, todos os conselheiros, inclusive aqueles que não participaram da Chapa 12 ou das nossas ações comunitárias, que participaram do processo, o decreto nomeou todos os Conselheiros. A indicação, conforme você bem disse, e é isso o que eu quis dizer, dependerá do decreto. É isso o que eu quis dizer e falo, segundo o decreto que regulamenta o Artigo 327 do PDE, sobre o Conselho Municipal de Política Urbana. É somente isso, é uma proposta do MUHAB sem qualquer tipo de disputa, só fazer uma questão histórica da construção da indicação dessa vaga da Sra. Cida Pontes, já falecida, de tão grande honra. **Sr. Alcides:** Está bom. Só tem uma questão prática que eu queria falar. Não faz sentido porque não temos uma pessoa na reunião adiarmos a pauta. Não é uma pauta personalíssima aqui, com todo o respeito, nem sei quem é, confesso que não ouvi na hora em que falaram o nome da pessoa. E nós temos uma colega, eu entendi bem a posição dela na hora que colocou, ela se colocou à disposição para ajudar esse Conselho, nos representando lá no CMPU. Eu acho que não faz sentido por ausência adiarmos essa definição. **Sr. André:** Alcides, estamos colocando o companheiro João Bosco como concorrente a essa vaga à suplência se assim ele desejar, não tirando qualquer valor de outro companheiro. **Sr. Alcides:** André, vamos com calma. O João Bosco pode se colocar aqui. vou passar a palavra para a Marisete, que realmente pediu a fala. **Sra. Marisete:** Boa tarde. Eu só queria fazer uma colocação referente à indicação. Com todo respeito à Violeta, considero muito o trabalho dela desenvolvido conosco, mas gostaríamos enquanto representantes de MUHAB indicar o João Bosco. Nesse momento gostaríamos muito que o Conselho nos apoiasse nessa indicação. **Sra. Violeta:** Se o colega João Bosco aceitou essa indicação, obviamente que eu vou retirar, mas eu queria saber do João Bosco se ele aceita, ele está presente? Ele pode se manifestar a respeito? **Sra. Ana Maria:** Ele tem que estar presente na reunião, como aconteceu em reunião passada. **Sra. Marisete:** Eu tinha visto o João Bosco na reunião, ele não está? **Sr. Alcides:** Pelo menos o nome dele está aqui. **Sra. Violeta:** Por favor, se o João Bosco está presente, gostaria que ele se manifestasse porque o que é aqui, que fique sempre bem claro e registrado, se trata de uma ação colaborativa, de forma nenhuma é uma ação de disputa. Então se o MUHAB tem a indicação e o colega indicado está presente para aceitar essa indicação, obviamente não vamos passar aqui, vou dizer para o Secretário e para Ana, não haverá necessidade de nenhum processo eletivo, é só uma questão de termos a representação completa, até porque quem me conhece sabe como a suplência é de alto valor para mim, institucionalmente eu considero a suplência tão importante quanto uma titularidade, quem me conhece sabe, em outros Conselhos dos quais faço parte, como eu valorizo a questão da suplência, a suplência não é um estepe, mas é uma ação conjunta de trabalho. Agora, se o colega João Bosco está aqui e gostaria de se manifestar aceitando essa indicação, com todo respeito a todos, vou retirar, não quero fazer nenhum processo aqui de disputa, de forma nenhuma. Por favor, que fique bem claro isso. É que aqui ninguém tinha se manifestado e eu achei por bem que seria interessante que o CMH tivesse sua representação completa no CMPU. Só.

Sr. Alcides: Até agora foi só a Violeta que se manifestou mesmo, **Sra. Ana Maria:** Agora o João Bosco acabou de entrar. Boa tarde. João Bosco, você está se candidatando à vaga de representante de Suplente do CMPU. **Sr. João Bosco:** Sim, estou aceitando a indicação. **Sra. Ana Maria:** Então, nós estamos com duas pessoas até o momento concorrendo esta vaga. Você e Violeta. Alguém mais está concorrendo esta vaga? Secretário, podemos colocar então em votação? Podemos fazer uma votação nominal? **Sr. Alcides:** Por favor, Ana, pode conduzir. A **Sra. Ana Maria** conduziu a votação nominal, que teve seis votos para Violeta; quatro votos o João Bosco e onze abstenções. **Sr. Alcides:** Então conduzimos o nome da Violeta para o Conselho do CMPU. Agradecendo a participação do João Bosco, dos companheiros. E agradecendo também a disponibilidade da Violeta de representar o CMH nesse restante de mandato da vaga do CMH no CMPU. **Sra. Violeta:** Agradeço a confiança, e lembrando sempre que estamos tratando aqui de uma ação, que é sempre uma ação conjunta de representação geral de todos nós, somos apenas condutores das ideias gerais aqui de todos nós. Então, João Bosco por favor, sempre aí todo mundo sintonizado. E todos nós aqui sempre lembrando que se trata de uma ação conjunta, e agradeço a confiança dos colegas que se mobilizaram a favor do meu nome. Obrigada. **Nada mais havendo a tratar Senhor Secretário Alcides Fagotti Júnior encerra a reunião agradecendo a presença de todos.**

SEHAB/CMH

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES E DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMH– 7ª GESTÃO-2018/2022

Data: 16/12/2021

Horário: 14 horas

Local: Rua São Bento 405, 10º andar AUDITÓRIO -sala 101- B- Prédio Martinelli

Alcides Fagotti Júnior, Secretário Municipal Adjunto de Habitação e Secretário Executivo do Conselho Municipal de Habitação – CMH -, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, DETERMINA a publicação do extrato contendo os assuntos discutidos no plenário, e relativos às matérias objeto da pauta da 18ª Reunião Ordinária do CMH – 7ª Gestão, realizada em 16 de dezembro de 2021.

1- Aprovação da Ata da 17ª Reunião Ordinária do CMH de 21/10/2021.

Deliberação: A ata foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião.

2- Aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária do CMH de 22/11/2021.

Deliberação: A ata foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião

3. Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Habitação e da Comissão Executiva

A sugestão de programação das reuniões ordinárias do 1º semestre de 2022 elaborada pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação foi enviada juntamente com a Convocatória aos Conselheiros para apreciação e sugestões.

Deliberação: Colocada a proposta em aprovação, nesse momento o Conselheiro José André de Araújo apresenta outra sugestão de calendário para as reuniões do 1º semestre de 2022, que antecipa as datas das Reuniões Ordinárias em razão do acompanhamento do Programa Pode Entrar.

A proposta feita pelo Conselheiro José André de Araújo foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião, a saber:

* Reuniões Ordinárias do CMH nas datas de: 10 de fevereiro de 2022, 14 de abril de 2022 e 09 de junho de 2022, a partir das 14 horas.

* Reuniões Ordinárias da CECMH nas datas de: 15 de março de 2022 e 10 de maio de 2022, a partir das 14 horas.

Nesse item da pauta foi sugerido que a Secretaria Municipal de Habitação avalie a possibilidade de ter um espaço próprio para reuniões tanto da SEHAB quanto da COHAB-SP, sendo que esse espaço seria utilizado não só para as reuniões do Conselho Municipal de Habitação, mas também para diversas reuniões de outras naturezas, tanto da Secretaria quanto da COHAB-SP. Esse espaço não é só para atender aos Conselheiros, mas também a população que vem assistir às reuniões, e que esse espaço seja no Prédio Martinelli.

O Secretário Fagotti irá encaminhar esse pedido ao Secretário João Farias para ser analisada a viabilidade desse pleito e trazer um retorno aos Conselheiros sobre a questão do espaço/auditório próprio da SEHAB/COHAB.

Também foi reiterado pelo Conselheiro José André de Araújo que seja cumprido o que está previsto no Regimento Interno do CMH com relação à entrega antecipada do material aos Conselheiros junto com a Convocatória, inclusive as apresentações que são feitas por palestrantes.

O Secretário Fagotti informa que esse apontamento feito pelo Conselheiro José André de Araújo será observado nas próximas Convocatórias.

4. Programa Pode Entrar – Regulamentação e assuntos gerais inerentes ao Programa

O Secretário Fagotti informa que em 10/12/2021 foi encaminhado para a Secretaria de Governo o Decreto do Programa Pode Entrar - Entidades. Houve um atraso na remessa desse Decreto em razão da troca de Secretários nesta pasta, e que necessitou na tomada de conhecimento dos trabalhos, convocação do GT do Programa Pode Entrar para um contato com o Secretário João Farias, apresentação de sugestões para o aperfeiçoamento do Decreto, revisão por parte dos setores técnicos e jurídicos da SEHAB e COHAB-SP. O rito que se seguiu após a remessa ao Gabinete do Prefeito passa pela análise da Secretaria da Fazenda e acredita que até o final deste ano o Decreto seja assinado pelo Prefeito e publicado. Em seguida, até a primeira semana de janeiro de 2022 teremos um cronograma contendo a previsão das datas para a publicação da respectiva Instrução Normativa e para a publicação do Edital para Adesão das Entidades na assinatura dos Contratos.

Informou ainda, que está previsto no Decreto que, dependendo da restrição, a Entidade pode assinar o contrato com cláusula suspensiva de 90 dias, prorrogável por mais 90 dias, e resolvendo-se a pendência começa a execução do empreendimento.

Colocou ainda, que não vamos perder os recursos desse ano que estavam previstos no Programa, pois tratam-se de recursos do FUNDURB e de operação de credito para a primeira "arrancada" na execução do Programa.

Informou, também, que está para ser assinado o Decreto do Pode Entrar- Carta de Crédito.

A Conselheira Maria de Fátima dos Santos pede ao Secretário Fagotti que envie ao GT a última versão do Decreto que foi encaminhado para a assinatura do Prefeito.

Houve um pedido de informação do Conselheiro José André de Araújo do número do SEI que encaminhou o Decreto, para que os Conselheiros possam acompanhar os trâmites. O Secretário Fagotti disse que vai informar.

Houve um pedido unânime de que esse Decreto seja assinado ainda esse ano para darem um retorno às suas bases que têm tanto cobrado uma posição sobre o assunto.

5. Assuntos Gerais-

A Conselheira Mariza Dutra Alves trouxe uma solicitação referente ao falecimento de uma mutuária da COHAB-SP da Comunidade Paulo Freire que quando assinou o contrato para a aquisição da moradia, tinha diabetes tipo 2 , faleceu de AVC e a Seguradora Excelsior negou a cobertura do seguro para a quitação do imóvel alegando doença pré-existente.

Nesta data foi feito um pedido de reconsideração protocolado na COHAB-SP através do SEI nº7610.2021/0003535-8, e a Conselheira pede que até a próxima reunião seja dada uma posição pela COHAB-SP.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/SEHAB/2021

PROCESSO SEI Nº 6014.2021/0003525-8

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL A3 E-CNPJ TOKEN, COM VALIDADE DE 3 (TRÊS) ANOS.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sábado, 18 de dezembro de 2021 às 05:00:36